

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

UFP- UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

PORTO, PORTUGAL (2016)

**TEMA: A IMPORTÂNCIA DAS MPME PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO-SOCIAL DE ANGOLA**



ÂNGELA ANTÓNIO FRANCISCO MATEUS

ASSINATURA DO ALUNO

**Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestrado em Gestão Empresarial**

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objectivo contribuir para um melhor conhecimento do papel das micro, pequenas e médias empresas, nos países com diferentes níveis de desenvolvimento e, em particular, em Angola, mostrando a forma como os especialistas nacionais da área e as autoridades vêem o empreendedorismo e o papel do empresariado nascente, a forma como este é incentivado, ou não, e os meios que têm ao seu alcance para se desenvolverem, bem como o resultado dos esforços de formalização da actividade empresarial em Angola. A questão central prende-se com a extensão e o impacto das medidas tomadas pelo governo de Angola para o fomento do empresariado nacional, através de políticas e programas operacionais específicos. Neste trabalho, pretendemos ainda fazer uma abordagem sobre a importância das MPME para o crescimento e desenvolvimento económico-social de Angola, fazendo incursão aos meios legais existentes, à cultura empresarial, bem como as condições estruturais e financeiras existentes para a criação de um empresariado nacional. Foram analisados os pressupostos da política de apoio governamental às MPME, bem como os resultados da implementação dos programas vigentes. Constatou-se que, apesar de estarem criadas as condições básicas para a normalização da actividade económica (possibilitando a mobilidade interna, fomentando a actividade comercial e o investimento), a carência de infra-estruturas físicas, de redes de electricidade e de recursos humanos continua a condicionar a evolução da economia angolana. Por outro lado, constatou-se que o sector informal ainda assume um forte peso na economia e tem um papel decisivo em termos de subsistência das famílias. Os resultados do presente trabalho pretendem demonstrar que, para Angola, o fomento das MPME se reveste de grande importância, por ser um meio de geração de postos de trabalho, de redistribuição da riqueza, para a irradicação da fome e da pobreza extrema, almejando uma melhor qualidade de vida dos angolanos. Por outro lado, pretende-se demonstrar que o fomento das MPME permitirá a criação de um tecido empresarial endógeno, que desenvolva outros sectores, diversificando a economia, de modo a diminuir a dependência excessiva à exportação do petróleo e a excessiva exposição aos factores externos.

Palavras-chave: fomento, irradicação, promoção, diversificação, desenvolvimento, empreendedorismo.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

ABSTRACT

In this paper, we aimed to make an approach concerning the importance the MPMEs to promote the development of Angola in particular, and of societies from other parts of the World, making an assessment of the existent legal means and support programs. The central idea is related to the extension of the measures taken by the government of Angola for the development of the business through policies and specific operational programs. In this work we also intend to make an approach on the importance of MPMEs for growth and development of Angola, revisiting the existing legal means, the corporate culture, as well as structural and financial conditions for the creation of a national business. Assumptions were analyzed of government support policy to MPMEs as well as the results of the implementation of existing programs. It was found that, despite being created as Basic conditions for the normalization of economic activity (allowing internal mobility, promoting trade and investment activity), the lack of physical Infrastructures and networks electricity and Human Resources continues to condition evolution of the Angolan economy. On the other side, the informal sectors takes a strong weight in the economy and play a decisive role in subsistence of families. In Angola, the development of the MPMEs can promote job creation, diminishing of hunger and extreme poverty, which in turn results in a better quality of life for the Angolan population. On the other hand, the development of the MPMEs will allow the growth of other branches, diversifying the economy in a way which will diminish the overdependence of oil exportation.

Keywords: development, eradication, improvement, diversification.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Agradecimentos

Quero primeiramente agradecer a Deus, por me ter concedido mais alguns anos de vida, depois de ter passado por um período de saúde preocupante.

Agradeço ao meu esposo, meu companheiro, meu colega, meu exemplo de persistência, pelo apoio e encorajamento constantes.

Agradeço aos meus filhos, Edite, Cássia, Maurílio, Ângelo e Eustáquio, pelo incentivo constante, nos momentos em que me encontrava sem forças para continuar.

Ao meu neto, que fazia questão de disputar a atenção e estar no meu colo enquanto trabalhava na tese.

Às minhas irmãs e amigas Betina, Fátima, Constança e Rosa Mendes, minhas companheiras de luta.

Aos meus genros e noras, pela amizade e carinho.

Um agradecimento particular à Professora Dra. Sofia Gaio e aos Professores Mestres Célio Favoni e Marcos Bonifácio.

A todos os que directa ou indirectamente estiveram ligados a mim, para que esse trabalho se tornasse uma realidade.

Meu muito obrigada a mim mesma, por ultrapassar mais uma etapa académica, quando tudo parecia perdido.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

SUMÁRIO

Resumo.....	02
<i>Abstract</i>	03
Agradecimentos.....	04
Listagem de tabelas	
Listagem de figuras	
Listagem de mapas.....	07
Listagem de quadros	
Listagem de gráficos	
Lista de abreviaturas e siglas.....	08
CAPÍTULO I — INTRODUÇÃO.....	11
1.1. Problema.....	11
1.2. Justificação.....	11
1.3. Objectivos.....	11
1.3.1. Objectivo geral.....	11
1.3.2. Objectivos específicos.....	12
1.4. Uma abordagem geral sobre a empresa	
1.5. Apresentação do trabalho	
1.6. Definição de empresa	
CAPÍTULO II — A IMPORTÂNCIA DA MPME PARA AS ECONOMIAS DAS NAÇÕES.....	15
2.1 Um estudo comparativo entre Brasil, Japão, EUA, Itália, Portugal, Japão e Angola para uma melhor compreensão do lugar e da actuação das MPME.....	15
2.2 MPME e empreendedorismo: conceitos.....	26
2.3 MPME e desenvolvimento económico-social.....	28
CAPÍTULO III — O CASO ANGOLANO.....	34
3. METODOLOGIA.....	35
3.1. Amostra.....	35
3.2. Inquérito por entrevista.....	36
3.3. Apresentação e análise dos resultados.....	37
3.4. Análise e resultados das entrevistas às instituições.....	37
3.5. Análise e resultados das entrevistas aos empreendedores informais e a empresários.....	42

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

3.6. Considerações gerais sobre o estado da economia angolana.....	44
3.6.1. Caracterização histórica da economia angolana.....	46
3.6.2. Período colonial.....	46
3.6.3. Período pós-colonial ou da independência.....	47
3.6.4. Período entre 1976 a 1980.....	48
3.6.5. Período —de 1980 a 1992.....	48
3.6.6. Período —de 1992 a 2016.....	50
CAPÍTULO IV— A IMPORTÂNCIA DAS MPME PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA.....	50
4.1. Conceito de MPME na Lei angolana.....	50
4.2. Importância das MPME em Angola.....	51
4.3. Políticas e programas actuais de desenvolvimento das MPME em Angola.....	55
4.3.1. Programa Angola Investe.....	55
4.3.2. PROAPEN/PREI.....	61
4.3.3. Programa Feito em Angola.....	62
4.3.4. INAPEM.....	63
4.4. Simplificação do processo de constituição de empresas.....	66
4.4.1. BUE — Balcão Único do Empreendedor.....	66
4.4.2. GUE — Guiché Único do Empreendedor.....	67
4.4.3. FGC — Fundo de Garantia de Crédito.....	67
4.4.4. FACRA — Fundo Angolano de Capital de Risco.....	68
4.4.5. <i>Branding</i> Feito em Angola	68
4.5. Considerações gerais sobre os impactos dos programas de desenvolvimento das MPME para a sociedade angolana.....	69
4.6. Constrangimentos na implementação dos programas.....	69
CAPÍTULO V — A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O FORTALECIMENTO DAS MPME EM ANGOLA.....	71
5.1 Programa de promoção do empreendedorismo.....	72
5.2. Programa de facilitação do acesso ao crédito.....	72
5.3. Programa de apoio às actividades económicas emergentes.....	73
5.4. Programa de reconversão da economia informal.....	74

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

5.5. Conceito e definição de empreendedorismo.....	79
5.6. A importância do empreendedorismo para o desenvolvimento económico das sociedades.....	80
5.7. Atitudes e percepções da população angolana sobre o empreendedorismo segundo o GEM 2016—2017	82
5.8. Condições estruturais para o empreendedorismo em Angola.....	86
CAPÍTULO VI — IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO E A NECESSIDADE DE DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA.....	87
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	97

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

LISTAGEM DE TABELAS

Tabela n.º 1 — Indicador percentual das pequenas e médias empresas e respectivas dimensões	22
Tabela n.º 2 — Definição das MPME no Japão.....	25

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

LISTAGEM DE FIGURAS

Figura n.º 1 — Relação entre as MPME e desenvolvimento económico de acordo com as fases de desenvolvimento de Porter (1998).....32

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

LISTAGEM DE MAPAS

Mapa n.º 1 — Mapa de distribuição das zonas produtoras de bens.....	52
Mapa n.º 2 — Mapa de acompanhamento aos programas aprovados 2015/2016.....	67

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

LISTAGEM DE QUADROS

Quadro n.º 1 — Grupos e subgrupos para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas às empresas.....	38
Quadro n.º 2 — Grupos e subgrupos para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas aos empreendedores e empresários.....	40
Quadro n.º 3 — Conceito de MPME.....	51

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 — Principais indicadores das empresas em Portugal em 2016.....	21
Gráfico n.º 2 — Dados de financiamento — Angola Investe	57
Gráfico n.º 3 — Garantidas emitidas pelo INAPEM.....	60
Gráfico n.º 4— Dados dos financiamentos concedidos PROAPEN/PREI.....	62
Gráfico n.º 5 — Dados do Programa Feito em Angola.....	63
Gráfico n.º 6 — Acções de formação realizadas pelo INAPEM.....	64
Gráfico n.º 7 — Empresas certificadas pelo INAPEM	65
Gráfico n.º 8 — Evolução dos certificados emitidos pelo INAPEM.....	65
Gráfico n.º 9 — Projectos aprovados.....	69
Gráfico n.º 10 — Evolução da adesão ao <i>branding</i> Feito em Angola	69
Gráfico n.º 11 — Composição do PIB por sector	70
Gráfico n.º 12 — Proporção da população adulta angolana que considera possuir competências.....	81
Gráfico n.º 13 — Receio de insucesso no empreendedorismo em Angola em 2014 e 2016.....	81
Gráfico n.º 14 — Financiamento privado e subsídios governamentais I.....	83
Gráfico n.º 15 — Financiamento privado e subsídios governamentais II	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCA — BANCO COMERCIAL ANGOLANO

BCI — BANCO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

BUE — BALCÃO ÚNICO DO EMPREENDEDOR

BNA — BANCO NACIONAL DE ANGOLA

BPC — BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO

CEEAC — COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA CENTRAL

CCIA — CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

CADCO — COMISSÃO DE APOIO À DINAMIZAÇÃO DE COOPERATIVAS

FMI — FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

INAPEM — INSTITUTO NACIONAL DE APOIO ÀS MPME

LMPME — LEI DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

MNE — MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MPME — MICRO, MÉDIAS E PEQUENAS EMPRESAS

ODM — OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

OHADA ORGANIZAÇÃO PARA A HARMONIZAÇÃO DO DIREITOS DOS NEGÓCIOS EM ÁFRICA

PMO — PROGRAM MANAGEMENT OFFICE

GUE — GUICHÉ ÚNICO DO EMPREENDEDOR

INEFOP — INSTITUTO NACIONAL DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SADC — COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

SEF — SANEAMENTO ECONÓMICO FINANCEIRO

SODEPAC — SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PÓLO AGRO-INDUSTRIAL DE CAPANDA

UTIP — UNIDADE TÉCNICA PARA O INVESTIMENTO PRIVADO DE ANGOLA

CAPÍTULO I — INTRODUÇÃO

No dia 11 de Novembro de 1975, Angola deixou de ser uma província ultramarina de Portugal, passando a ser um país independente. Imediatamente a seguir à proclamação da independência, Angola viu-se mergulhada numa guerra civil, cujo término se deu a 4 de Abril de 2002, isto é, passados 27 longos anos.

Entre outras consequências daquele conflito, podemos enumerar a desestruturação de famílias e a fragilização do tecido empresarial angolano, este *de per si* já fragilizado aquando do abandono do país, em 1975, de cerca de quinhentos mil quadros administrativos, gestores e empresários, da destruição e do encerramento de uma generalidade de fábricas, de milhares de fazendas de café e algodão e do abandono de inúmeros armazéns pelos seus antigos proprietários.

A guerra civil provocou o êxodo das populações das regiões do interior, para os grandes centros urbanos e suburbanos no litoral, provocando assim um nível acentuado de desemprego e escassez de produtos de primeira necessidade.

Com o fim da guerra civil em 2002, o Estado angolano passou a direccionar os recursos de que dispunha para acções tendentes a promover a reconstrução nacional, o crescimento e desenvolvimento do país.

Face ao que precede, as micro, pequenas e médias empresas (conhecidas pela sigla MPME) passam a ocupar um lugar central, como principais actores do processo de reconstrução e desenvolvimento-económico e social.

As actividades empresariais constituem, segundo o pensamento shumpeteriano¹, o motor económico de qualquer país, sendo as empresas responsáveis pela transformação dos factores de produção em bens e serviços.

1.1. Problema: Em que medida se tem estimulado o empreendedorismo para o crescimento e desenvolvimento de Angola?

1.2. Justificação: Demonstrar a importância do incentivo para criação das MPME para o desenvolvimento sustentável de Angola.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

1.3. Objectivos

1.3.1. Objectivo geral:

Expor e fundamentar a necessidade de se estimular e apoiar as MPME como elementos necessários para o desenvolvimento de Angola.

1.3.2. Objectivos específicos:

- Contribuir para a formulação de ideias essenciais sobre o papel económico e social das MPME;
- Demonstrar a importância das mesmas para o crescimento e desenvolvimento do tecido económico e empresarial de Angola.

1.4. Uma abordagem geral sobre a empresa

A empresa é reconhecida como a organização económica e social mais capacitada para gerir e rentabilizar recursos escassos. É a principal célula económica das sociedades.

As empresas contribuem para a criação de valor acrescentado para a sociedade em geral e para a vida das pessoas em particular, quando criam, desenvolvem e distribuem novos produtos e serviços ou quando melhoram os processos de distribuição dos produtos e serviços já existentes.

Para o economista Alfred Marshal, «na maior parte das sociedades, a tarefa de dirigir a produção, de modo que um dado esforço possa fornecer o máximo efeito útil para a satisfação das necessidades humanas, deve ser separada e confiada a uma categoria especial de empreendedores, ou, para utilizar o termo comum, os empresários. Estes correm o risco do negócio, diminuem as incertezas quanto aos resultados, estabelecendo uma organização geral e supervisionando os seus menores detalhes»². Assim sendo, para atingir os objectivos de criação de uma economia forte, torna-se necessário o fomento do empresariado privado nacional.

Para o incentivo e facilitação da livre iniciativa privada, foram criadas normas e programas de apoio aos interessados em empreender nos diversos sectores de actividade.

Assim sendo, a importância das MPME para o crescimento e desenvolvimento de Angola tem merecido atenção, uma vez que as mesmas se encontram presentes em

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

todos os sectores da economia e evidenciam uma grande capacidade de adaptação, face à evolução da situação económica e social.

As MPME têm uma grande capacidade de geração de emprego e de rendimentos e assumem-se como pilares das estruturas empresariais das economias.

Esta dissertação, que objectiva o estudo do papel das empresas de pequeno e médio porte e do empreendedorismo na economia angolana, apresenta-se em cinco capítulos, acrescendo-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

1.5. Apresentação do trabalho

O primeiro capítulo estabelece o referencial teórico, definindo o objecto de estudo, o problema, as justificações e os objectivos que motivaram a elaboração deste trabalho.

O segundo capítulo faz uma abordagem evolutiva da economia angolana, com uma incursão aos períodos colonial e pós-independência.

O terceiro capítulo aborda o conceito de MPME e encerra com a análise dos mecanismos de promoção, assim como os processos de simplificação de constituição de empresas, com base na legislação angolana em vigor.

O quarto capítulo faz referência ao estudo da importância das MPME para o crescimento e desenvolvimento económico e social de Angola.

O quinto capítulo elenca e analisa os programas criados para a promoção das MPME e fala dos sucessos e constrangimentos da sua implementação.

Nas considerações finais, procede-se ao resumo de alguns dos principais aspectos abordados ao longo do trabalho, assim como à apresentação de algumas recomendações que achamos pertinentes.

1.6. Definição de empresa

A empresa surgiu durante a Idade Média, nas cidades comerciais, com os artesãos e comerciantes, e teve como embrião as associações e as corporações, de ofícios ou *guildas*, que regulavam as actividades por estes desempenhados.

Com o processo de renascimento e intensificação do comércio, as corporações de ofícios foram gradualmente substituídas por uma produção organizada e formal.

Num período posterior, no decorrer da primeira revolução industrial, começou a observar-se a organização empresarial tal como se apresenta nos dias actuais, pois, com o fim da economia metalista, deu-se início à economia capitalista de mercado e, com o

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

advento da revolução industrial, que trouxe máquinas e acelerou a produção, com o desenvolvimento de linhas de montagem, os artesãos passaram a «vender» sua mão-de-obra aos donos das máquinas e deixaram de dirigir os seus próprios negócios, tornando-se proletários (UNESP, 2004).

Etimologicamente, o vocábulo empresa «é derivado do latim *prehensus*, de *prehendere* (empreender, praticar), possui o sentido de empreendimento ou cometimento intentado para a realização de um objectivo» (SILVA, 2004, p. 522)³. A Enciclopédia Polis (p. 938) define a empresa «como uma unidade de meios humanos, materiais e financeiros que, actuando segundo os imperativos decorrentes das leis do mercado (economia de mercado) ou do plano, tem como objectivo, através da produção de bens ou serviços, satisfazer necessidades, quer da comunidade em que se encontra inserida, quer das que nela participam com capital, direcção e trabalho.

A concepção do empresário como figura autónoma, promotora da riqueza, da inovação e do processo de desenvolvimento, deve-se a Joseph Schumpeter, exigindo para o efeito competências elevadas para desenvolver as funções de superintendência, controlo e direcção e assumir os riscos inerentes a essa actividade⁴. As actividades empresariais constituem o motor económico de um país, sendo as empresas as entidades responsáveis pela transformação dos factores de produção em bens e serviços.

A empresa é reconhecida como a organização económica e social mais capacitada para gerir e rentabilizar recursos escassos. É a principal célula económica das sociedades.

As empresas contribuem para a criação de valor acrescentado para a sociedade em geral e para a vida das pessoas em particular, quando criam, desenvolvem e distribuem novos produtos e serviços ou quando melhoram os processos de distribuição dos produtos e serviços já existentes.

Existe, assim, uma força constante para que as empresas evoluam no sentido da crescente criação de valor, transmitindo a maior parte desse valor criado à sociedade, cumprindo assim parte da sua função social e aumentando o excedente e a diversidade de produtos para o consumidor.

Deste modo, ocorre um processo de «destruição criativa» que funciona como «motor» do progresso económico (Schumpeter, 1934).

3 Citação de Maria Bernadete Miranda, revista *Virtual Direito*, Brasil, vol. 3, n.º 1, 2009.

4 Schumpeter, Joseph, 1934.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Além do objectivo de satisfazer necessidades provenientes da natureza humana, quer de ordem económica, social, cultural, técnica, material ou política, são as empresas, enquanto instituições sociais e económicas, e não os governos que criam e distribuem a maior parte da riqueza de uma economia, que inovam. Fazem comércio e elevam os padrões de vida (Ghoshal, Barlett, Moran, 2000).

Thersmar e Thoening (2000) argumentam que as empresas têm constantemente de adaptar os seus produtos e serviços às mudanças do mercado, o que implica que as escolhas da organização representem um *trade off* entre eficiência e adaptabilidade.

Estes autores mencionam o facto da «destruição criativa», a que também chamam «instabilidade do mercado do produto», aumentar a taxa de obsolescência dos procedimentos internos, regulamentos e equipamentos, tornando-se determinantes da organização interna⁵. O empreendedor é o agente de criação destrutiva de que falou Joseph Schumpeter. O empreendedor é o motor do sistema da economia de mercado, criando novos produtos, fazendo melhorias em bens, processos e tecnologias existentes, entrando em novos mercados, arriscando-se em áreas novas e tornando obsoletos os anteriores métodos e modelos, menos eficientes e menos eficazes.

Neste sentido, os empreendedores são pessoas com atitude e mente para tomar iniciativas, que têm percepção das oportunidades, com ideais, ousados, que sabem transformar conhecimentos em produtos ou serviços, descobrir novas ideias com produtos já existentes, dar vida aos bens.

São pessoas que se destacam no mercado dos negócios, através da sua força de vontade, transformando sonhos em realidade e gerando assim resultados positivos. Produzem bens ou serviços numa empresa com ou sem fins lucrativos, que tenha técnicas de produção e mesmo novas formas de organização, tomando as decisões que irão nortear o futuro do negócio, assumindo não só riscos pessoais.

O conceito de empreendedorismo é cada vez mais estudado e citado como ferramenta de aumento da competitividade das empresas. Actualmente, o empreendedorismo é considerado como sendo o combustível para as economias a nível mundial, e Angola não podia ficar de fora deste processo.

CAPÍTULO II — A IMPORTÂNCIA DA MPME PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA DAS NAÇÕES

A questão das micro, pequenas e médias empresas (MPME) na dinamização das nações constitui uma questão relevante, designadamente nos planos económico, social e político.

2.1. Um estudo comparativo entre Brasil, EUA, Itália, Portugal, Japão e Angola para uma melhor compreensão do lugar e da actuação das MPME.

BRASIL

As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente.

Em termos estatísticos, esse segmento empresarial representa 25% do Produto Interno Bruto (PIB), gera 14 milhões de empregos, ou seja, 60% do emprego formal no país, e constitui 99% dos 6 milhões de estabelecimentos formais existentes, respondendo ainda por 99,8% das empresas que são criadas a cada ano, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2007).

Ressalte-se que a potencialidade desse tipo de empreendimento ultrapassa as fronteiras do território nacional. Em 2001, 64% das firmas exportadoras brasileiras enquadravam-se no padrão de micro e pequeno negócio. Essas firmas negociaram US\$ 8 mil milhões em vendas para o mercado externo, que representaram 12% das exportações nacionais, segundo dados da Agência de Promoção de Exportações do Brasil — APEX. Diferentes factores contribuem para a crescente participação desse tipo de empresa na economia brasileira:

- Um estudo recente elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) mostra que parte da proliferação dos pequenos empreendimentos é resultado da globalização, já que este fenómeno exige que as grandes empresas, ao buscarem uma maior eficiência, terceirizem as actividades de apoio ao negócio principal;
- Absorção de mão-de-obra demitida das grandes empresas em decorrência de avanços tecnológicos;

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- Constatação de gradual redução nas taxas de mortalidade de micro e pequenos estabelecimentos e uma expressiva taxa de natalidade de micronegócios;
- Estruturas flexíveis que permitem responder melhor e mais rapidamente às crises económicas;
- Exigência da modernidade, que requer empresas mais enxutas, menores e com maior índice de produtividade;
- Espírito empreendedor do brasileiro: o país está em 6.º lugar entre os 31 países mais empreendedores do mundo, segundo pesquisa da Global Entrepreneurship Monitor (GEM)⁶. Há de se ressaltar que a capilaridade dos pequenos negócios propicia a criação de oportunidades àqueles com maior dificuldade de inserção no mercado, como, por exemplo, o jovem que busca o primeiro emprego e as pessoas com mais de 40 anos. Além disso, as pequenas empresas são capazes de fixar as pessoas no local de origem, de distribuir equitativamente renda e riqueza e de estimular iniciativas individuais e colectivas.

As dificuldades de definição do conceito de MPME⁷ e o peso do sector informal na economia brasileira levam a diferentes visões sobre a importância destas empresas na economia do país. Segundo estimativas do SEBRAE⁸, há cerca de três milhões e meio de MPME no Brasil, das quais 1,9 milhões são microempresas. As estatísticas sobre constituição de firmas individuais nos últimos dez anos permitem estimar também que pelo menos metade das empresas registadas no Brasil é de pequeno porte⁹.

Os pequenos negócios têm um importante papel para a geração de emprego e rendimento no Brasil, por isso estão em primeiro lugar para o BNDES.

¹⁰¹¹¹²No Brasil, formalmente, microempresa é um conceito criado através da Lei n.º 7.256/84, de Novembro de 1984, por intermédio de de João Figueiredo, revogada pela

6 O GEM é o maior estudo independente sobre actividade empreendedora no mundo. Trata-se de uma pesquisa anual, por isso consegue monitorizar rapidamente as mudanças no comportamento dos empresários decorrentes das instabilidades na política, economia, cultura e educação, e também constrói um histórico de duração mais longa, identificando tendências que caracterizam o empreendedorismo brasileiro.

7 Ver a este respeito Julien (1993).

8 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

9 Ver as estatísticas das Juntas Comerciais no site www.dnrc.gov.br

10

11

12

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Lei n.º 9.841/99, por Fernando Henrique Cardoso, que teve alteração em Dezembro de 2006 através da Lei Complementar n.º 123 pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

A partir de 2006 a definição, para enquadramento tributário do «Simples Nacional», microempresas são as empresas na qual a receita bruta anual não exceda 240 mil reais, pequenas empresas aquelas cuja receita bruta anual seja acima de R\$ 240 mil e igual ou inferior a 2,4 milhões de reais e médias empresas aquelas cuja receita bruta anual esteja acima de R\$ 2.4 milhões e seja inferior a R\$ 24 milhões¹³. Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social — BNDES (e para o Mercado Comum da América do Sul — Mercosul¹⁴), a microempresa pode significar até cinco vezes uma microempresa para o Estatuto da Micro e Pequena Empresa (MPE) e até dez vezes o tamanho de uma microempresa da Receita Federal (RF). Já o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) tem como base para classificação o número de empregados e não a receita bruta anual como as demais instituições.

EUA

De acordo com Agência Norte-Americana para os Pequenos Negócios (SBA)¹⁵, os critérios que definem os pequenos negócios nos Estados Unidos podem ser divididos em dois tipos: para a maioria das empresas manufactureiras e das indústrias de mineração, são consideradas pequenas empresas aquelas que tenham até 500 empregados. Para as empresas não manufactureiras, pequenas empresas são aquelas que tenham receita anual média de até US\$ 6 milhões. A receita anual média é medida com base nos três últimos anos fiscais completos da empresa. Mesmo havendo indicações de legislações mais antigas referindo-se a um regime especial aos pequenos empreendimentos¹⁶, os Estados Unidos têm sido considerados como um modelo no que

13 Definição prevista pela Lei Complementar n.º 123. Consultado a: 28 de Junho de 2011.

14 Consultado a: 27 de Junho de 2011.

15 <https://www.sba.gov/>

16 Neste sentido, pode destacar-se o Código Alemão do Comércio, de 1897, que previa uma distinção entre os comerciantes considerados plenos ou normais dos pequenos comerciantes, estabelecendo que a estes não se aplicavam disposições burocráticas relacionadas com firma, livros de comércio, registo comercial, entre outros. Também em Itália se disciplinou acerca do tratamento diferenciado concedido às pequenas empresas, sendo que em 1942 fizeram constar no Código Civil os artigos 2082 e 2083, que definiam empresa e delimitavam as actividades enquadradas como pequenas empresas. A partir daí, definiu-se que normas poderiam ou não ser aplicadas aos pequenos empresários. (PALERMO, Fernanda Kellner de Oliveira. As micro e pequenas empresas como propulsoras

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

diz respeito às medidas públicas de incentivo às pequenas empresas, pese embora, num breve momento de obscuridade, durante o governo Reagan (1981–1988), quando se tentou erradicar o apoio até então concedido¹⁷, a actuação do governo norte-americano se tenha mantido em prol do favorecimento dos pequenos empreendimentos. Ainda durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945) percebeu-se naquele país que as empresas de menor porte acabaram marginalizadas na competição surgida com o «mercado da guerra»¹⁸. Para possibilitar que as pequenas empresas também usufruíssem dessas circunstâncias, criou-se em 1942 a Corporação de Pequenas Fábricas de Material Bélico (Smaller War Plants Corporation — SWPC), cujo objectivo principal era alcançar contratos governamentais para este sector empresarial¹⁹. Mais tarde, quando terminada a guerra e extinta a SWPC, o governo norte-americano criou órgãos fixos de apoio às pequenas empresas, como o Escritório da Pequena Empresa (Ice of Small Business — ISB) e a Administração de Pequenas Fábricas Ligadas à Defesa (Small Defense Plants Administration — SDPA), procurando assessorar os pequenos empreendedores e, especialmente, integrá-los nas contratações governamentais. As abordagens adoptadas pelos Estados Unidos incentivaram diversos países a seguir um rumo semelhante de fomento às pequenas empresas, numa clara exibição da influência das medidas norte-americanas no resto do mundo²⁰. Os Estados Unidos mantêm, de

do desenvolvimento económico e social: contribuição para o incremento das actividades económicas no âmbito do MERCOSUL. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Económico e Financeiro*. São Paulo, ano XL, n.º 124, Out.-Dez. 2001, p. 184).

17 O governo do presidente Ronald Reagan foi marcado pela abertura do mercado norte-americano às transnacionais e diversas tentativas de extinguir os benefícios concedidos às pequenas empresas, especialmente de encerrar o repasse governamental de quantias monetárias vultosas para operações creditícias neste sector, em razão do interesse de realocar esses valores em investimentos direccionados para as grandes empresas (PUGA, Fernando Pimentel. *Experiências de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000, p. 15).

18 Durante a Segunda Guerra Mundial, houve o fortalecimento dos grandes monopólios, em detrimento das pequenas empresas, já que as corporações monopolistas eram beneficiadas pela procura volumosa resultante da guerra.

19 LIMA, Jonas. Licitações para pequenas empresas: novidade da década de 40. Disponível em: <http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/150507.pdf>.

20 Assim ocorreu com o Japão, que, durante o período pós-guerra (1945–1954), baseou a sua reconstrução numa política de desenvolvimento da economia nacional através da diminuição da concentração do poder económico, oferecendo oportunidades igualitárias de envolvimento empresarial à sociedade. França, em 1980, investiu em políticas de tratamento diferenciado às pequenas empresas procurando um desenvolvimento regional e a criação de empregos por meio de benefícios oferecidos em licitações. Benefícios semelhantes também foram implementados na Alemanha e em Itália, visando a inclusão das pequenas empresas nas contratações governamentais. Quando a Inglaterra seguiu esta mesma política, já em 2003, a União Europeia estudava os modelos aplicados em diversos países,

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

forma consistente, um elevado nível de participação no empreendedorismo apoiado por condições ambientais favoráveis. Continuam com a taxa de padrão de início de carreira de actividade empreendedora elevada e estável por três anos. Pelo terceiro ano consecutivo (2011–2013), cerca de 13% dos adultos norte-americanos estavam a iniciar novos negócios.

Em 2013, entre 26 economias desenvolvidas, os Estados Unidos tiveram a segunda maior taxa de empreendedorismo em fase inicial.

Em 2013, 12,7% da população adulta nos Estados Unidos estava envolvida em empreendedorismo, enquanto 7,5% já possuía ou geria um negócio estabelecido.

Elevadas taxas de empreendedorismo são acompanhadas de elevados níveis de inovação e crescimento. Mais de 1/3 dos empresários norte-americanos (34%) afirmaram que os seus produtos ou serviços foram inovadores, e 37% esperam aumentar os seus negócios com seis ou mais empregados nos próximos cinco anos. No entanto, com um mercado interno grande e diversificado, os empresários norte-americanos não possuem uma visão internacional, tendo pouco mais de um décimo (11%) de clientes internacionais substanciais.

ITÁLIA

Em Itália, a definição de micro, pequena e média empresa (MPME) nem sempre reflecte a definição estabelecida pela Comissão Europeia²¹. A banca e a Unioncamere²² consideram médias empresas aquelas que empregam entre 49 e 499 pessoas. Ao mesmo tempo, grande parte das disposições italianas do Direito do Trabalho usa 15 funcionários como limite, sendo que as médias e grandes empresas são definidas como aquelas que empregam mais de 15 trabalhadores. Em Itália, a percepção das oportunidades para iniciar um negócio aumentou em 2014, com 26,6% da população adulta a identificar boas oportunidades, contra apenas 17,3% no ano anterior. Uma quota de 31,3% da população adulta acredita ter as habilidades necessárias para iniciar

procurando formas de generalizar e uniformizar a aplicação de um tratamento diferenciado às pequenas empresas em território europeu.

21 Empresas que empregam menos de 250 trabalhadores e um volume de negócios anual não superior a 50 milhões de euros ou um balanço total anual não superior a 43 milhões de euros.

22 É a União das Câmaras Regionais de Comércio, Indústria, Artesanato e Agricultura de Avellino, Benevento, Caserta, Nápoles e Salerno e representa um sistema produtivo de 500 mil empresas activas em todos os sectores da economia.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

um negócio. Esse número, no entanto, é menor do que o Reino Unido, na Alemanha e em França. Em termos de atitudes, o medo do fracasso em Itália é relativamente alto: 49,1% da população adulta não iniciou um negócio com medo de falhar.

Quase duas vezes mais homens do que mulheres estão envolvidos na fase inicial da actividade empresarial. A expectativa de crescimento, medida em termos de postos de trabalho criados é, em geral, baixa. O empresário médio é do sexo masculino, com uma educação de nível médio ou superior, e o maior ramo de actividade é o sector de comércio e serviços.

Facilitadores e restrições

De acordo com especialistas²³, Itália tem uma classificação pior do que os grandes países europeus em quase todos os aspectos do ecossistema empreendedor. As políticas governamentais, os programas de governo e a educação empresarial também apresentam deficiências. Estas são as percepções que a maioria dos especialistas e, em especial, aqueles que já possuem um negócio mostraram.

Iniciativas de apoio ao empreendedorismo

Em 2012, foi aprovada uma lei especial (DL 179/2012) para ajudar a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras. É importante salientar que a referida lei incluía uma definição clara de «empresa inovadora».

Tendências ao longo do tempo

As taxas de actividade de empreendedorismo em fase inicial (TEA) em Itália diminuíram desde o início da crise económica em 2008. Contudo, essa tendência negativa parece ter chegado ao fim em 2014. Em 2015, esperava-se já uma recuperação para o país.

Desafios para o futuro

Em geral, o ecossistema empreendedor do país precisa de melhorias. Um serviço de apoio para as *start-ups* e empresas já existentes precisa de ser melhorado. Além disso, as políticas e programas do governo precisam de um acompanhamento para avaliar o impacto real.

23 <http://www.sviluppoeconomico.gov.it/index.php/it/impresa/piccole-e-medie-imprese/osservatorio-sulle-micro-piccole-e-medie-imprese>.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística Italiano (Istat), a estrutura económica italiana baseia-se quase totalmente em micro, pequenas e médias empresas. Em 2010, Itália tinha mais de quatro milhões de empresas na indústria, serviços e construção, que empregam quase 17 milhões de empregados, o que representa perto de 81% da ocupação de postos de trabalho. De facto, 99,9% das empresas italianas são micro, pequenas e médias empresas responsáveis por aproximadamente 71% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

PORTUGAL

Em 2016²⁴, existiam em Portugal 1 196 102 empresas, das quais 68,2% eram empresas individuais e 31,8% sociedades. Face a 2015, verificou-se um aumento de 3,1% das empresas individuais (+3,2% em 2015) e 2,3% nas sociedades (+2,5% em 2015). O número de pessoas ao serviço aumentou 3,5% (3,6% em 2015), e o volume de negócios cresceu 2,7% (1,2% em 2015). As empresas sob a forma jurídica de sociedade representavam 75,7% do total do pessoal ao serviço e 95,7% do volume de negócios. As micro, pequenas e médias empresas (MPME), representaram 99,9% das sociedades do sector não financeiro.

Para ilustrar o acima exposto, *vide* infra gráfico e tabela, que espelham os principais indicadores das empresas em Portugal em 2016, bem como o respectivo volume e dimensão das pequenas e médias empresas.

Gráfico n.º 1 — Principais indicadores das empresas em Portugal em 2016

24 INE (2010), «Empresas em Portugal — 2008», disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=87680294&PUBLICACOESstema=55579&PUBLICACOESmodo=2

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola



Tabela n.º 1 — Indicador percentual das pequenas e médias empresas e respectivas dimensões

Anos	PME			
	Total	Micros	Pequenas	Médias
2004	99,9	95,4	3,9	0,6
2005	99,9	95,5	3,8	0,6
2006	99,9	95,5	3,9	0,6
2007	99,9	95,6	3,8	0,5
2008	± 99,9	± 95,7	± 3,7	± 0,5
2009	99,9	95,8	3,6	0,5
2010	99,9	95,7	3,7	0,5
2011	99,9	95,8	3,6	0,5
2012	99,9	96,0	3,4	0,5
2013	99,9	96,2	3,2	0,5
2014	99,9	96,3	3,1	0,5
2015	99,9	96,2	3,2	0,5
2016	99,9	96,2	3,2	0,5

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

O INE divulga os principais resultados sobre as MPME em Portugal de acordo com a definição de micro, pequenas e médias empresas constante da Recomendação da Comissão Europeia.

Os resultados apresentados permitem caracterizar a estrutura e evolução do sector empresarial português, com particular enfoque nas MPME e no seu contributo para o emprego e geração da riqueza nacional. O âmbito deste estudo recai sobre as MPME não financeiras sediadas em Portugal, constituídas sob a forma jurídica de sociedade. A exclusão das empresas individuais decorre do facto de estas serem quase exclusivamente microempresas (99,9%), o que por si só as caracteriza.

Definição de micro, pequenas e médias empresas em Portugal

A categoria de micro, pequenas e médias empresas (MPME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros²⁵. As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são amplamente reconhecidas como o pilar da economia nacional, sendo as principais responsáveis pela criação de emprego em Portugal. A sua classificação obedeceu à Recomendação da Comissão Europeia, que define MPME como as empresas com menos de 250 pessoas ao serviço, cujo volume de negócios anual não exceda 50 milhões de euros ou cujo activo total líquido anual não exceda 43 milhões de euros. Esta definição engloba as micro, as pequenas e as empresas de média dimensão. As pequenas empresas distinguem-se das médias por terem menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios anual (ou activo total líquido) que não exceda os 10 milhões de euros. As microempresas distinguem-se das pequenas por terem menos de 10 trabalhadores e um volume de negócios anual (ou activo total líquido) que não exceda os 2 milhões de euros²⁶. As microempresas sempre assumiram um papel preponderante, pesando mais de 85% no total da sociedade, reflectindo um

25 Recomendação da Comissão relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas, de 6 de Maio de 2003.

26 Comissão (2003), «Recomendação da Comissão de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas».

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

tecido empresarial constituído maioritariamente por empresas com menos de 10 trabalhadores e uma facturação anual (ou activo total) não superior a 2 milhões de euros. Considerando a população residente no país em 2008, existiam mais de 330 sociedades por 10 mil habitantes, das quais cerca de 283 eram microempresas, face a apenas uma grande empresa por 10 mil habitantes. Em 2008, as PME foram as principais responsáveis pelo emprego assegurado pelas sociedades (72,5%). No entanto, verificou-se um decréscimo desta proporção face à do ano anterior (73,7%), denotando um ganho da importância das grandes empresas (ainda que representando somente 0,3% das sociedades) no total do emprego. Quanto à dimensão das unidades empresariais, cada PME empregava em média 6,2 trabalhadores, enquanto nas grandes empresas este valor foi de 741,4 pessoas ao serviço por empresa.

Caracterização das MPME em Portugal

É indubitável a importância das micro, pequenas e médias empresas (MPME) na economia portuguesa e o seu papel essencial para a estabilidade, crescimento e desenvolvimento económico. A implementação de condições mais favoráveis à laboração das MPME, o acesso ao financiamento, a redução da burocracia a vários níveis e o apoio à internacionalização são temas diariamente discutidos pelo meio empresarial como ponte essencial para o desenvolvimento das MPME e, por conseguinte, para o crescimento da economia.

As MPME são definidas de acordo com o Decreto-Lei n.º 372/2007²⁷, de 6 de Novembro, e com a Recomendação da Comissão Europeia 2003/361, de 6 de Maio de 2003, esta através do n.º 1 do artigo 2.º do Anexo. Nos artigos subsequentes da mesma recomendação, é possível fazer uma categorização em micro, pequenas e médias empresas de acordo com os seguintes critérios:

- Microempresa — empresas que empregam menos de 10 pessoas e em que o volume de negócios anual ou o balanço total anual não excede os 2 milhões de euros;

27 A categoria micro, pequenas e médias empresas (MPME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- Pequena empresa — empresas que empregam menos de 50 pessoas e em que o volume de negócio anual ou o balanço total anual não excede os 10 milhões de euros;
- Média empresa — todas as outras empresas que empregam menos de 250 trabalhadores, com um volume de negócios até 50 milhões de euros ou com um balanço anual até 43 milhões de euros.

JAPÃO

No Japão, as micro, pequenas e médias empresas (MPME) são definidas pela Lei das MPME, para cada diferente sector da indústria. Uma empresa será reconhecida como MPME por um dos seguintes critérios, quantidade de capital ou número de empregados, conforme tabela abaixo.

Tabela n.º 2 — Definição das MPME no Japão

Definição pela Lei de Pequenas Empresas				Definição sobre a Lei de Imposto das Corporações
	Pequenas e Médias Empresas		Microempresa	
Tipo de Atividade	Capital declarado	Nº de trabalhadores	Nº de trabalhadores	Capital declarado
Fábrica	¥300 milhões ou menos	300 ou menos	20 ou menos	¥100 milhões ou menos
Indústria de Atacado	¥100 milhões ou menos	100 ou menos	5 ou menos	
Indústria de Serviço	¥50 milhões ou menos	100 ou menos	5 ou menos	
Indústria de Varejo	¥50 milhões ou menos	50 ou menos	5 ou menos	

As políticas das MPME são coordenadas principalmente pela Agência da Pequena e Média Empresa e são implementadas por uma série de organizações relacionadas que trabalham em parceria com a agência.

No Japão, a Organização para Pequenas e Médias Empresas e para a Inovação oferece serviços de apoio às MPME, incluindo orientações a consultores e especialistas, a fim de resolver problemas relacionados com a fase inicial e o desenvolvimento de novos negócios. Oferece também apoio ao crescimento e desenvolvimento das MPME, além

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

do apoio em termos de infra-estrutura para aqueles que desejam melhorar as instalações ou que estão à procura de novos espaços para os negócios. A Câmara de Comércio e Indústria do Japão (JCCI) é uma rede de organizações económicas locais, composta pelos representantes de algumas empresas associadas em todo o país, abrangendo desde grandes empresas até pequenas empresas ou empresários autónomos.

O objectivo é incentivar as inspirações individuais, ajudando as empresas associadas, os seus empregados e a comunidade a promover a inovação, tirando partido das suas características únicas. A Federação Nacional das Associações de Pequenas Empresas ajuda na organização das cooperativas, representando os seus interesses e promovendo o desenvolvimento dessas cooperativas.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

ANGOLA

Desde a opção pela construção de uma economia de mercado, em 1992, o executivo angolano vem implementando medidas destinadas a incentivar o empresariado privado nacional, em particular fomentando o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

Note-se que, tradicionalmente, as micro, pequenas e médias empresas (MPME) têm sido dos principais instrumentos de sustentação das economias modernas, incluindo as dos países mais desenvolvidos, não apenas por participarem na redução do desemprego mas também por se ajustarem às necessidades das comunidades e, com isso, contribuírem significativamente para a redução da informalidade e da pobreza.

Esse fomento, que tem assento na Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro), verifica-se através da adopção e implementação de uma ambiciosa estratégia de fomento das MPME, da simplificação de práticas administrativas, da regulamentação e da facilitação do acesso aos mercados e a novas oportunidades de negócios, bem como da formalização de parcerias visando o desenvolvimento de novos produtos e serviços em geral.

Em Angola, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, consideram-se:

- Microempresas (ME) aquelas que empreguem até 10 trabalhadores e/ou tenham uma facturação bruta anual não superior em Kz ou equivalente a USD 250 mil;
- Pequenas empresas (PE) aquelas que empreguem mais de 10 e até 100 trabalhadores e/ou tenham uma facturação bruta anual em Kz superior ou equivalente a USD 250 mil e igual ou inferior a USD 3 milhões;
- Médias empresas (ME) aquelas que empreguem mais de 100 até 200 trabalhadores e/ou tenham uma facturação bruta anual em Kz superior ou equivalente a USD 3 milhões e igual ou inferior a USD 10 milhões.

As micro, pequenas e médias empresas têm um enorme peso na sociedade e na economia angolana, atendendo quer à sua importância qualitativa e quantitativa na economia, quer ao seu papel na geração de empregos.

2.2 MPME e empreendedorismo: conceitos

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projecto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos.

É assumir um comportamento proactivo diante de questões que precisam ser resolvidas. O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral das suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do aut-conhecimento em processo de aprendizado constante, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas. O comportamento empreendedor impulsiona o indivíduo e transforma contextos.

Empreendedorismo, segundo Schumpeter (1988), é um processo de «destruição criativa», através da qual produtos ou métodos de produção existentes são aniquilados e substituídos por novos.

Já para Dolabela (2010) corresponde a um processo de transformar sonhos em realidade e em riqueza.

Para Barreto (1998, p. 190), «empreendedorismo é habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada». É o desenvolver de uma organização em oposição a observá-la, analisá-la ou descrevê-la. Segundo Dornelas (2008), empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.

Em qualquer definição de empreendedorismo, encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor:

- tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz;
- utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e económico onde vive;
- aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

Para Chiavenato (2004), espírito empreendedor é a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias. Mais ainda: empreendedor é quem fareja as oportunidades e precisa de ser muito rápido, aproveitando as oportunidades fortuitas, antes que outros o façam.

O empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projecto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente. «Pode dizer-se que os empreendedores se dividem igualmente em dois grupos:

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- aqueles para os quais o sucesso é definido pela sociedade;
- aqueles que têm uma noção interna de sucesso» (Dolabela, 2010, p. 44).

Como vimos no parágrafo anterior, o empreendedor é a pessoa que tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz; utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e económico onde vive; aceita assumir os riscos e busca transformar seu sonho em realidade» (Dolabela, 2010, p. 25).

2.3 MPME e desenvolvimento económico-social

Muitos são os estudos que procuram mostrar a relação entre as MPME e a sua contribuição para o crescimento económico. Recentemente, certo número de pesquisadores, em especial os economistas ligados ao crescimento e desenvolvimento económicos, procuram respostas sobre os factores que mais influenciam o crescimento económico dos países.

As MPME têm um papel fundamental para alavancar o crescimento económico dos países, na medida em que os pequenos negócios, pela sua especificidade, são um importante motor de criação de postos de trabalho e, conseqüentemente, para fomentar o desenvolvimento económico.

Nas economias em desenvolvimento, como é o caso de Angola, não é esse o quadro observado, não obstante as MPME terem peso económico e social significativos em várias regiões do país.

Tem-se todavia como particularidade o facto de os grandes aglomerados empresariais serem geralmente de origem estrangeira, o que amplia o grau dos factores de dependência externa, e pode constituir-se num entrave ao processo de distribuição dos benefícios auferidos com o crescimento económico.

Convém observar, porém não se tratar de propor estímulos ou mecanismos que privilegiem uma economia que funcione exclusivamente com base nas MPME e circunscritos à participação do capital nacional.

Ao longo deste século, o reconhecimento da importância e do papel das MPME variou muito. Nas análises económicas mais usuais, geralmente considera-se que as pequenas empresas apresentam reduzida capacidade de sobrevivência e de alavancagem de desenvolvimento económico de um país, tendo sido tais empresas relegadas a um papel marginal na economia.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Apesar das considerações sobre tais desvantagens, o número destas tendeu a crescer, mesmo aquando do processo de industrialização oligopolista. Com este reconhecimento, este tipo de empresa ganhou novo relevo e valorização, e algumas das suas características vêm sendo apontadas como vantagens, principalmente a capacidade de gerar empregos e de absorver mão-de-obra, assim como estimular o desenvolvimento regional.

Acompanhando tal tendência, nas três últimas décadas do milénio passado, e particularmente na última, ganhou relevância a discussão de formas e instrumentos de promoção destas empresas.

Pequenas empresas que apresentavam elementos fundamentais para atendimento das novas exigências despontaram como alternativas de desenvolvimento, destacando-se, entre outras características positivas, a sua maior especialização, flexibilidade, economia de escopo, cooperação inter-firma e estrutura menos hierárquica. Estas vantagens foram consideradas por muitos como uma via de desenvolvimento alternativa adequada ao novo modelo.

Desde então, inúmeras análises focalizaram o desempenho positivo de grupos de pequenas empresas, apresentando um intenso grau de cooperação e gerando efeitos colectivos sinérgicos, destacando-se, particularmente:

- as pequenas empresas localizadas em sectores tradicionais;
- os conglomerados de pequenas empresas intensivas em tecnologia interagindo de forma dinâmica;
- as redes de pequenas empresas actuando com fornecedoras especializadas de grandes e médias empresas produtoras, particularmente de bens de consumo de massa em áreas de tecnologia madura.

Estes exemplos já demonstram a diversidade que caracteriza este tipo de empresas e sua actuação. Uma característica marcante sempre ressaltada nas análises sobre tais empresas, seja no nível internacional ou nacional, é que o universo das empresas de menor porte é muito grande e extremamente heterogéneo, conforme já salientado. Dentro dele coexistem empresas que, num extremo, produzem bens e serviços dos mais tradicionais, utilizam intensamente mão-de-obra (muitas vezes com muito baixa qualificação), com alta rotatividade, com pequena ou nula capacidade inovadora e alta taxa de mortalidade e, noutro extremo, empresas produzindo dispendiosos e sofisticados bens e serviços, altamente flexíveis, inovadoras, que empregam mão-de-obra

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

qualificada e bem remunerada, assim como utilizam novas tecnologias e técnicas de gestão e apresentam novos formatos organizacionais.

Os factores geralmente indicados como importantes quanto ao grau de heterogeneidade de tal conjunto de empresas dizem respeito a estrutura, dinamismo e abrangência do mercado de actuação das mesmas. Salientam-se particularmente a maior ou menor capacidade destas empresas em:

- alavancar financiamentos;
- actuar em mercados locais, nacionais e internacionais;
- revelar capacidade de aprender, incorporar e desenvolver novos processos e produtos e de interagir e cooperar com outras empresas e instituições.

Neste sentido, na discussão sobre o perfil, porte e formato mais adequados para enfrentar o novo modelo de produção, estudiosos observam que não se devem analisar as micro, pequenas e médias empresas de um modo uniforme.

Conforme apontaram Gatto e Ferraro (1993:7²⁸), a variedade de critérios utilizados faz com que as definições de pequena empresa ou de pequena e média empresa sejam pouco claras, pois escondem a ampla heterogeneidade existente entre empresas deste tipo. Esta tendência de utilização de critérios comuns para classificação de empresas pelo porte já pode ser observada em alguns blocos de países, como é o caso da União Europeia e do Mercosul.

É importante ressaltar que as micro, pequenas e médias empresas se revelam cada vez mais decisivas no crescimento económico, com a criação de grande quantidade de postos de trabalho, na diversificação da economia e no aumento da produção nacional.

Segundo Gilberto Sarfati (2006), enquanto nos países desenvolvidos as micro, pequenas e médias empresas (MPME) representam cerca de 50% no Produto Interno Bruto (PIB) e são responsáveis por 60% da força de trabalho, em países emergentes o peso é bem menor, com uma participação de pouco mais de 10% do PIB e de 30% dos empregos.

Entretanto, novas evidências (Henrekson e Johansson, 2008²⁹) apontam que algumas empresas de crescimento acelerado, também chamadas «gazelas», têm um grande impacto na geração de empregos e crescimento económico. Como indicam Henrekson e

28 É provável que o crescente processo de integração internacional tenda a estabelecer critérios universais, apesar de as MPME conservarem, mais do que qualquer outro tipo de firma, os aspectos idiossincráticos locais e regionais.

29 HENREKSON, Magnus; JOHANSSON, Dan. Gazelas como criadores de emprego: uma pesquisa e interpretação da evidência. Documento de trabalho IFN n.º 733, 2008.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Stenkula (2009³⁰), a variação nas pesquisas podem ser resultado das diferenças entre empreendedorismo e o trabalhador por conta própria, também conhecido como empreendedor estilo de vida. O trabalhador por conta própria ou o tradicional pequeno empresário (estilo de vida) não pode ser confundido com o empreendedor de alto impacto, pois o primeiro constitui uma empresa para satisfazer minimamente as suas necessidades, o que logicamente gera empregos mediante, por exemplo, actividades como cabeleireiros, padarias, confecções etc. Por outro lado, o segundo tem uma actividade de alto crescimento que aceleradamente gera empregos e valor económico.

Para a OCDE (2011³¹), empresas de alto crescimento podem ser definidas como as que geraram um aumento no número de empregos maior do que 20% ao ano num período de três anos, considerando um mínimo de 10 empregados no início do período observado. As empresas chamadas «gazelas»³² seriam um subtipo das de elevado crescimento, tendo menos de cinco anos de vida e apresentando num período de três anos crescimento no número de empregados ou receita de pelo menos 20% ao ano. Esta diferença leva à segunda questão, a de necessidade e escopo de políticas públicas. É preciso diferenciar políticas públicas de empreendedorismo de políticas públicas para as MPME.

Políticas voltadas para as MPME envolvem programas que apoiam o estilo de vida empreendedor, o que pode ser justificado por diversas razões, como efeitos macroeconómicos positivos de criação de empregos ou mesmo compensação por efeitos microeconómicos colaterais de economias de escala.

Por outro lado, políticas de empreendedorismo visam fomentar empreendedores (indivíduos) altamente inovadores que possam gerar um alto impacto no crescimento económico, movendo a economia para produtos e serviços com maior valor agregado (Henrekson e Stenkula, 2009).

Uma visão sobre políticas públicas aponta que empresas de grande porte são mais capazes de ter ganhos de escala e de alavancar fundos para pesquisa e desenvolvimento, além de prover mais empregos estáveis. Fora isso, a interrogação sobre a eficiência de

30 HENREKSON, Magnus; STENKULA, Mikael. Empreendedorismo e política pública, documento de trabalho IFN n.º 804, 2009.

31 OCDE. *MPME, Empreendedorismo e Inovação*. Paris. 2010.

32 Empresas «gazelas» são empresas de elevado crescimento, mas muito jovens, com até cinco anos de idade, que crescem bastante e de forma rápida. Uma curiosidade entre as «gazelas» é o facto de contarem com a maior participação de mulheres no quadro de funcionários.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

actividades de promoção, já que empresas grandes poderiam gerar mais efeitos positivos sobre o crescimento económico (Beck, Demirgüç-Kunt e Levine, 2005).

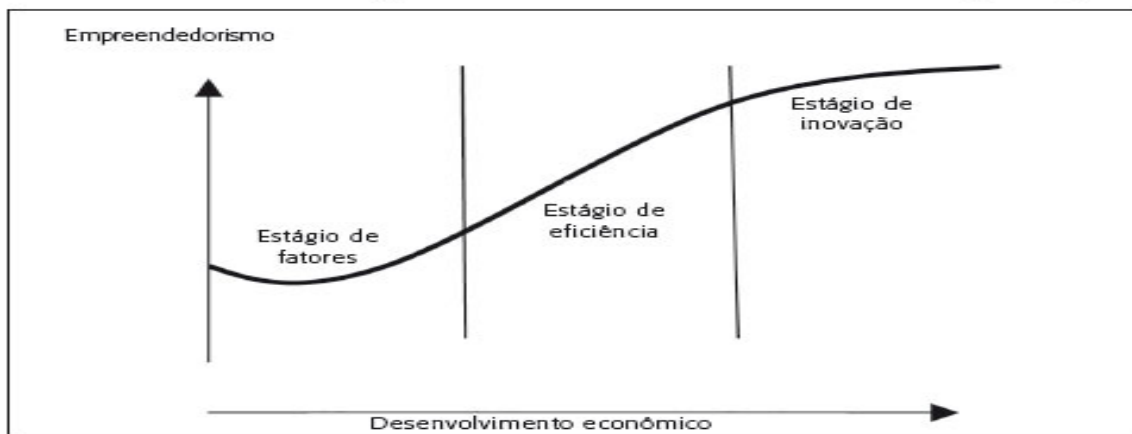
Podemos relacionar as diferenças sobre as visões de política pública com as fases de desenvolvimento económico sugeridas por Porter e colaboradores (2002): 1) fase movida por factores de produção; 2) fase movida pela eficiência; 3) fase movida pela inovação.

A fase de factores é marcada por uma economia agrícola e estilo de vida empreendedor. Nessa fase, o país é caracterizado pela produção de *commodities* e produtos com baixo valor acrescentado, e grande parte das empresas são manufactureiras e de pequenos serviços. Já na fase de eficiência, o país tem de explorar economias de escala, o que favorece a concentração industrial.

Finalmente, na fase movida por inovação, a economia passa a ser fortemente caracterizada por actividades intensivas em conhecimento, o que caracteriza fortemente a actividade empreendedora.

O gráfico abaixo mostra a relação entre a actividade empreendedora e as fases de desenvolvimento económico de Porter.

Figura n.º 1 — Relação entre as MPME e desenvolvimento económico de acordo com as fases de desenvolvimento de Porter (1998)



Fonte: Acs e Szerb (2009: 351).

Apesar do espírito empreendedor ter sido excluído na teoria de crescimento económico, muitos economistas postulam que a capacidade empreendedora é vital para o progresso económico, principalmente com as contribuições de Schumpeter (1934) e Kirzner (1973).

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Schumpeter contribuiu para o estudo das MPME ao recuperar a figura do empreendedor na economia, apresentando-o como o principal promotor do desenvolvimento económico graças à sua função de inovador e à sua capacidade de fazer novas combinações de recursos produtivos (Lambing & Kuehl, 2007³³). Schumpeter (1942³⁴) expandiu o conceito de empreendedorismo com a introdução da noção de «destruição criativa», onde demonstrava que o empreendedor, ao incorporar inovações e novas tecnologias, contribuía para a substituição de produtos e processos ultrapassados. Assim, o empreendedor não apenas assumia um papel central no avanço e desenvolvimento da economia e da sociedade como protagonizava também um papel fundamental na evolução da vida empresarial e na substituição das empresas estabelecidas por novas organizações mais capazes de aproveitar as inovações. Os trabalhos de Reynolds (1999³⁵) comprovaram a associação entre a destruição criativa e o crescimento económico. A limitação dos modelos neoclássicos não se restringe à exclusão do empreendedorismo nas suas análises. Na década de 80, a partir dos trabalhos de Paul Romer e Robert Lucas, as teorias de crescimento económico passaram a inserir nos modelos tradicionais variáveis não necessariamente económicas, como é o caso da formação do capital humano como um dos principais determinantes de crescimento de longo prazo (Sala-i-Martin & Mulligan, 2000 e Bleaney & Nishiyama, 2002)³⁶. Os modelos de crescimento económico tiveram ainda as contribuições de Romer³⁷, de 1987 e 1990, as de Aghion e Howitt, em 1992, e as de Grossman e Helpman, em 1991. Estes inseriram nos modelos, entre outras coisas, a pesquisa e o desenvolvimento, a concorrência imperfeita, o governo e o progresso técnico (Tenani, 2004)³⁸. Esta evolução na teoria do crescimento económico, com a inserção do capital humano, da tecnologia e da inovação na função de produção, ofereceu um melhor arcabouço teórico e científico, visando compreender mais profundamente a evolução do

33 Lambing, P. A., & Kuehl, C. R. (2007). *Empreendedorismo* (4.ª ed.). Nova Jérсия: Prentice Hall.

34 Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (S. G. de Paula, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar (obra original publicada em 1984).

35 Reynolds, P. D. (1999). Destruição criativa: fonte ou sintoma de crescimento económico? Em Z. J. Acs, B. Carlsson, & C. Karlsson (Eds.), *Empreendedorismo, Pequenas e Médias Empresas e a Macroeconomia* (pp. 97-136). Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

36 Sala-i-Martin, X., Blanke, J., Hanouz, M. D., Geiger, T., Mia, I., & Pava, F. (2008). O índice de competitividade global: medindo o potencial produtivo das nações. In *Relatório de Competitividade Global 2007–2008*. Fórum Económico Mundial (Cap. 1.1, pp. 3–49).

37 Romer, P. (1994). As origens do crescimento endógeno. *The Journal of Economic Perspectives*.

38 Tenani, P. S. (2004). *Capital Humano e Crescimento*. São Paulo: M. Books do Brasil.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Produto Interno Bruto (PIB) dos países ao longo do tempo, visto que acrescentaram ao modelo original variáveis como capital humano e tecnologia/ inovação.

Considerado um dos mais novos paradigmas das ciências administrativas (Bygrave, 1989)³⁹, o empreendedorismo tem atraído grande interesse. Muito desse interesse é resultado do entendimento de que as MPME, sob a direcção de empreendedores, contribuem significativamente para a geração de empregos e desenvolvimento económico. Tal percepção, partilhada por economistas, políticos e por uma crescente parcela da sociedade, é, na verdade, a razão pela qual muitas nações estão a tentar promover a actividade empreendedora, em reconhecimento das evidências do seu contributo para o crescimento económico⁴⁰ e consequentes efeitos no campo social. Reconhecendo este facto, já em 1993 a Organização das Nações Unidas — ONU, em assembleia geral, aprovou unanimemente uma resolução reconhecendo o empreendedorismo como uma força social e económica da maior importância. O documento apresenta a actividade empreendedora como um elemento-chave para a melhoria do padrão de vida da população em redor do globo e encoraja os países-membros a criarem programas e implementarem políticas para a promoção do empreendedorismo entre seus habitantes (Slaughter, 1996)⁴¹.

CAPÍTULO III — O CASO ANGOLANO

A Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro, criou o plano nacional angolano de fomento das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

Este plano assenta num programa de desburocratização do actual sistema e prevê um conjunto de incentivos e facilidades a atribuir pelo Estado, definindo as condições de acesso aos respectivos incentivos/benefícios.

Aquele diploma identifica quais são as entidades passíveis de serem reconhecidas como MPME, designadamente as que tenham por objecto o exercício de uma actividade económica em Angola e, por conseguinte, tenham aqui sido constituídas como

39 Bygrave, W. D. (1989) «O paradigma do empreendedorismo (I): um olhar filosófico. Metodologias de pesquisa». *Teoria e Prática do Empreendedorismo*, 14, n.º 1, 7–26.

40 Audretsch, D. B., & R. Thurik. (2001) *Vinculando o Empreendedorismo ao Crescimento. Ciência. Documentos de trabalho sobre tecnologia e indústria*. 2001/2. Paris: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico.

41 Slaughter, M. P. (1996) «Empreendedorismo: Impacto Económico e Implicações de Políticas Públicas. Uma visão geral do campo». Relatório preparado para a Biblioteca do Congresso Serviço de Pesquisa do Congresso. Kauffman Center for Entrepreneur Leadership.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

sociedades em nome colectivo ou sociedades por quotas, nos termos do disposto na Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, diploma que regula as sociedades comerciais angolanas.

É possível a distinção das MPME através do uso de dois critérios distintos, nomeadamente o número de trabalhadores efectivos e o volume anual de facturação, sendo este último o requisito prevalecente em caso de dúvida na classificação.

Assim, e de acordo com o novo diploma legal, serão consideradas:

- microempresas (ME) as empresas que empreguem até 10 trabalhadores inclusive e/ou tenham uma facturação anual bruta não superior a 250 mil USD (no valor equivalente em Kz);
- pequenas empresas (PE) as empresas que empreguem mais de 10 e até 100 trabalhadores, inclusive, e/ou tenham uma facturação anual bruta superior a 250 mil USD e igual ou inferior a 3 milhões de USD (no valor equivalente em Kz);
- médias empresas (ME) as empresas que empreguem mais de 100 e até 200 trabalhadores, inclusive, e/ou detenham uma facturação anual bruta superior a 3 milhões de USD e igual ou inferior a 10 milhões de USD (no valor equivalente em Kz).

3 METODOLOGIA

O tema anunciado no capítulo acima remeteu-nos para um trabalho de investigação que permitisse dar resposta à questão relacionada com a importância das MPME para o desenvolvimento económico de Angola.

A metodologia utilizada para a concretização da parte prática deste estudo consistiu no método qualitativo, recorrendo-se a um guião de entrevista semiestruturado, com perguntas fechadas na sua maioria e algumas perguntas de tipo aberto.

Na prática, é frequente recorrer-se a métodos mistos, por exemplo, uma entrevista não directiva imediatamente seguida de uma fase semidirectiva ou de um questionário constituído por questões abertas e fechadas.

Pensamos que um questionário por entrevista é mais útil e permite recolher informações com maior precisão, tendo maior relevância por ser um acto presencial. (Carmo, 2008:141).

O presente trabalho tem como objectivo geral expor a necessidade de estimular e apoiar as MPME como elementos necessários para o desenvolvimento de Angola. Teve como objectivos específicos contribuir para a formulação de ideias essenciais sobre o papel

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

económico e social das MPME e demonstrar a importância das mesmas para o crescimento e o desenvolvimento do tecido económico e empresarial de Angola.

Em função dos objectivos da dissertação que esperamos alcançar e tendo em conta a questão de partida, a saber, em que medida se tem estimulado o empreendedorismo para o crescimento e desenvolvimento de Angola, pensamos que um inquérito por entrevista semiestruturada seria a via mais eficiente para alcançar os objectivos preconizados. Assim, este capítulo foi dividido em três secções que permitiram a sua melhor compreensão e funcionalidade:

- 1) amostra;
- 2) inquérito por entrevista;
- 3) apresentação e análise dos resultados.

3.1 Amostra

Na recolha de dados para o estudo, foram realizadas entrevistas presenciais com empresários e empreendedores residentes em Luanda, por anonimato. As conversas permitiram obter respostas directas e opiniões sobre o questionário-padrão.

É indiscutível que a qualidade e a validade dos resultados de um inquérito dependam da dimensão da amostra ⁴². Apesar de algumas dificuldades na obtenção de uma amostra-padrão razoável, considera-se ter sido reunida uma amostra suficiente para assegurar a credibilidade dos resultados. Foram realizadas 23 entrevistas distribuídas pela seguinte ordem:

- nove a técnicos de várias áreas, nomeadamente, sem limitação, Ministério da Economia, INAPEM, Guiché Único da Empresa, BUE, IFE⁴³; uma a um economista;
- uma a um representante da Câmara do Comércio de Angola;
- dez a empresários, elementos que de certa forma exercem actividades comerciais em casa e fora do mercado formal;
- duas a empresários de pequeno e médio porte.

42 Ghiglione, R., & Matalon, B. (2005). *O Inquérito – Teoria e Prática* (3.ª ed.). Oeiras: Celta Editora.

43 Instituto de Fomento Empresarial.

3.2 Inquérito por entrevista

O método de entrevista, pelo seu grau de aproximação entre os entrevistados e o investigador, permite obter informações de maior precisão (Quivy e Campenhoudt; 1995)⁴⁴. Este método é considerado o mais adequado para o problema em causa, por se tratar de expressões subjectivas e o entrevistado ter liberdade de expor as suas ideias com maior à-vontade.

Deste modo, foram concebidas entrevistas para empreendedores, empresários e técnicos ligados de várias instituições públicas, cujas questões se cingiram principalmente ao tema em estudo. Foi escolhida para essa investigação a entrevista semidirectiva ou semidirigida, já que não eram integralmente abertas nem guiadas (Quivy e Campenhoudt, 1995).

O objectivo principal foi confrontar as opiniões dos mesmos em relação aos tipos de apoios que o governo tem fornecido, seja aos empreendedores ligados à informalidade, seja aos empresários ligados ao sector formal. De igual modo, foram criados dois guiões de entrevistas diferentes e adaptados por três grupos-alvo.

Um direccionou-se para os empreendedores e empresários e outro para técnicos ligados a várias instituições públicas.

O guião de entrevistas teve como objectivo identificar a melhor forma de o Governo Angolano apoiar as MPME no contexto actual. Os dados recolhidos foram tratados confidencialmente e apresentados de forma anónima, sem qualquer referência às empresas e pessoas participantes no estudo. Os dados resultantes das entrevistas foram recolhidos entre os meses de Julho e Agosto de 2016, após marcação prévia com os entrevistados.

3.3. Apresentação e análise dos resultados

44 Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Neste ponto, apresentam-se e analisam-se os resultados das entrevistas realizadas, de acordo com os objectivos descritos nos capítulos anteriores. Assim, esta secção está dividida em três partes.

Os resultados das entrevistas aplicadas a diversas instituições, o resultado das entrevistas aplicadas aos empresários e, por fim, entrevistas aplicadas aos empreendedores.

Por outras palavras, é apresentada a análise dos temas que se julgaram importantes para estudar e avaliar o ambiente económico, de mercado e a natureza dos apoios às MPME. Os resultados em bruto foram tratados e analisados de forma a serem significativos e validados. Para tal, recorreu-se ao processo de codificação, que corresponde a uma transformação segundo as regras definidas dos dados em bruto do texto.

Quadro n.º 1 — Grupos e subgrupos para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas às empresas⁴⁵

Categorias	Subcategorias
Perfil/ Objectivo/ Caracterização	. Finalidade . Classificação
Limitações/ Obstáculos	. Dificuldade no acesso ao crédito . Falta de recursos humanos qualificados . Demasiada burocracia . Incentivo à produção . Formação . Corrupção
Melhoria do modelo de empreendedorismo	. Bonificação de juros . Fundo de garantia . Fundo público de capital de risco . Suporte ao empreendedorismo . Simplificação dos processos burocráticos . Fomento do cooperativismo

45 Para garantir a segurança das informações e uma vez que o guião das entrevistas foi anónimo, as instituições serão aqui apresentadas por códigos. Neste caso, adoptou-se a codificação por letras.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

	<ul style="list-style-type: none"> . Dinamizar os sectores bandeira . Programa de incentivo à produção nacional . Corredores de escoamento de produtos / campo / cidade . Dinamizar os pólos industriais e as ZEE . Micronegocio . Programa de reconversão do informal/formal
Medidas/ criação/ tecido empresarial forte	<ul style="list-style-type: none"> . Diversificar a economia . Aumentar a produção nacional . Combater a pobreza . Estimular a formalização . Aumento de mão-de-obra qualificada
Medidas prioritárias/ desenvolvimento/ MPME	<ul style="list-style-type: none"> . Apoios . Formação . Financiamento/ crédito/ microcrédito
Necessidade de formação mão-de-obra	<ul style="list-style-type: none"> . Iniciação . Aperfeiçoamento . <i>Marketing</i> . Formação . Gestão
Transparência/ Corrupção/ Sucesso	<ul style="list-style-type: none"> . Influências . Clientelismo . Lóbis
Reconversão da economia/ informal/ formal	<ul style="list-style-type: none"> . Criação/Programa . Registo/ Controlo . Impostos
Vantagens/ Desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> . Aquisição serviços/ produtos baixo custo . Aquisição serviços/ produtos rápidos . Falta de garantia . Riscos de graves perdas nos negócios . Problemas de contabilidade

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

	. Difícil receber crédito/ Banco
Apoios	. Fiscais/ Créditos . Institucionais . Desenvolvimento local/ regional . Microcrédito . Promoção/ Competitividade . Empreendedorismo feminino . Formação/ Mão-de-obra
Futuro/ actividade informal	. Formalizadas/ legalizadas . Tendência para acabar . Manter

No quadro abaixo, encontram-se os grupos e subgrupos definidos para o tratamento dos dados das entrevistas realizadas aos empreendedores e empresários. O foco central do quadro consiste na organização e estruturação das respostas-chave, dos pontos comuns e dos pontos de divergência entre os vendedores e os empresários.

Quadro n.º 2 — Grupos e subgrupos para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas aos empreendedores e empresários

Perfil	. Nível de escolaridade . Objectivo . Área de negócio . Valor de vendas mensais . Números/trabalhadores
Razões/ Abertura/ Negócios	. Elevar posição/ sociedade . Oportunidade . Tradição familiar . Sobrevivência . Bem-estar familiar . Obter recursos financeiros
Financiamento/ Empresa	. Crédito . Poupança familiar . Riscos

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

	<ul style="list-style-type: none"> . Venda à consignação . Ajuda governamental . <i>Business Angels</i>
Apoio/ Governo	<ul style="list-style-type: none"> . Fiscal . Crédito . Microcrédito . Formação . Consultoria . Acompanhamento
Limitações/ Obstáculos	<ul style="list-style-type: none"> . Dificuldade no acesso ao crédito . Falta de recursos qualificados . Demasiada burocracia . Incentivo à produção . Formação . Corrupção . Ausência de instituições técnicas/ apoios . Espaço físico adequado ao negócio
Necessidade de formação Mão-de-obra	<ul style="list-style-type: none"> . Iniciação . Aperfeiçoamento . <i>Marketing</i> . Formação . Gestão
Vantagens/ Desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> . Aquisição serviços/ produtos baixo custo . Aquisição serviços/ produtos rápidos . Falta de garantia . Riscos de graves perdas nos negócios . Problemas de contabilidade . Difícil receber crédito/ Banco
Transparência/ Corrupção/ Sucesso	<ul style="list-style-type: none"> . Influências . Clientelismo . Lóbi
Futuro/ Actividade informal	<ul style="list-style-type: none"> . Formalizadas/ legalizadas . Tendência para acabar

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

	. Manter
Melhorar o negócio	. Crédito . Microcrédito . Institucional

3.4 Análise e resultados das entrevistas aplicadas às instituições

A análise dos conteúdos das entrevistas aplicadas às instituições foi feita a partir de informações categorizadas que estão presentes no quadro anterior. Portanto, foram efectuadas entrevistas a nove instituições em geral, cujos nomes não são mencionados, sendo as mesmas apresentadas durante o texto como instituições A, B, C, D, E, F, G, H, I e O, sendo que o objectivo da entrevista é identificar a importância das MPME para o desenvolvimento económico de Angola.

Assim sendo, no que toca ao perfil dos técnicos entrevistados, constatou-se que três são formados em Economia, dois em Gestão de Empresas, e quatro são juristas. Quanto à questão da categoria «Limitações/ Obstáculos», os técnicos consideram que o que está na origem dos obstáculos ao desenvolvimento das MPME é fundamentalmente o acesso ao crédito, a falta de recursos qualificados e o excesso de burocracia, embora outros defendam que estes obstáculos não existem. A corrupção constitui também um entrave ao sucesso dos negócios e ao bom funcionamento das MPME. As opiniões convergem no sentido de que é preciso que se criem políticas de relançamento da produção nacional.

Quanto ao modelo de empreendedorismo angolano, embora sendo muito informal e pelo facto de depender quase a 90% das actividades de importação, verifica-se aqui uma divergência de opiniões e soluções. Por exemplo, para melhorar este aspeto, as instituições A, B, C, D, E, F, G, H, I entendem que é extremamente importante dinamizar programas de consumo da produção nacional e criarem-se corredores para o escoamento dos produtos agro-pecuários, aumentar a bonificação de juros para os pequenos e médios empresários e apoiar o micronegócio, além de dinamizar os polos industriais e as ZEE.

Relativamente à criação de um tecido nacional forte a nível de MPME, todos concordam que deva passar pela diversificação da economia, pelo aumento da produção nacional, pelo combate à pobreza, pelo estímulo à formalização e pelo aumento de mão-

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

de-obra qualificada, sendo este último apontado como o principal elemento e uma das razões do baixo índice de sucesso do empresariado nacional.

Relativamente à necessidade da formação da mão-de-obra, todas as instituições corroboram que se deva passar primordialmente pela formação e gestão e depois pelo *marketing*, porque, mais do que produzir, é preciso saber vender. No tocante às vantagens e desvantagens de recorrer às práticas informais, as instituições convergem na ideia de se facilitar às camadas pobres as actividades económicas de pequena escala e que na verdade estas actividades não beneficiam em nada o indivíduo que quer levar a sério o mundo dos negócios.

Quanto à opinião das instituições no tocante à natureza dos apoios mais importantes que os empresários e as MPME deveriam beneficiar, consideram extremamente importante os apoios institucionais, principalmente os apoios fiscais e de crédito, e a formação dos recursos humanos. O microcrédito é apontado como outro instrumento de apoio primordial, sobretudo a nível suburbano. Outro apoio é a promoção da competitividade, sendo que as pequenas empresas angolanas não são competitivas, e por fim é referido o empreendedorismo feminino como tendo grande destaque.

De acordo com as opiniões sobre o desenvolvimento das MPME em Angola, as instituições A, B e D comungam a mesma tese de que estes apoios são os que estão consagrados no Programa Angola Investe e que este programa está adequado à realidade empresarial nacional. Já a instituição C defende que o primado deve ser a formação do homem, depois a desburocratização dos processos e por fim mais linhas de apoio às instituições. A instituição E defende a facilidade no acesso ao crédito e a bonificação do próprio crédito, enquanto, para a instituição F, devem ser tomadas várias medidas de modo a estimular a produção nacional e, em caso de aumento de capital social, estar isente de quaisquer encargos. A instituição G defende a dinamização das taxas e a redução dos impostos, uma vez que as taxas são muito altas, e desincentiva o pequeno empresário, ao passo que para a instituição H deveria ser feita uma reforma nos serviços públicos, com a finalidade de os tornar menos burocráticos e mais eficientes.

Quanto ao facto de a corrupção e a transparência serem um problema para os negócios em Angola, a instituição A nega que haja em Angola estes problemas.

No que respeita à categoria «Reconversão da economia/ informal/ formal», as instituições A, C, D, F e H afirmam já existir este programa denominado PREI, mas infelizmente não se encontra em execução. Por seu lado, a instituição B entende ser

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

possível tal reconversão, sendo que para tal basta olharmos para o GUE-Guiché Único da Empresa, que foi criado com propósito de reverter a economia informal para a formal. Para a instituição G, o Estado deveria formalizar todas as actividades informais e teria melhor controlo das cobranças dos impostos. Para a instituição I, é possível legalizar e formalizar a economia, no entanto, tal deve passar pela criação de políticas próprias e por uma forte actividade pedagógica, mostrando a importância da reconversão da economia informal para formal.

3.5 Análise e resultados das entrevistas aos empreendedores informais e a empresários

Relativamente ao grau de escolaridade dos empreendedores informais, cinco entrevistados são técnicos médios até à 12.^a classe, três são técnicos superiores e um pouco abaixo aparece um com a 9.^a classe e, mais abaixo, um com a 6.^a classe.

Quanto ao tipo de negócio realizado pelos entrevistados, de uma forma geral, todos estão inclinados para o comércio geral, pelo simples facto ser a actividade mais simples e de certa forma com maior rentabilidade nos negócios informais no país. A maioria dos entrevistados possui menos de seis trabalhadores, e não passam de microempresários, mas também, tendo em conta a realidade de Angola, são negócios de sobrevivência e de algum modo de risco, e esta situação reflecte-se no volume das vendas mensais e requer maior atenção porque as opiniões variam de entrevistado para entrevistado.

Verificamos, a título de curiosidade, que um dos vendedores tem um valor mensal de negócios de 3 milhões de kwanzas, aproximadamente USD 6000 (seis mil dólares dos Estados Unidos da América), enquanto outro alegou que não rende quase nada. Aparecem outros entrevistados cujo valor das vendas está orçado em 200 mil kwanzas e outros com valores mais baixos variáveis entre de 5 mil kwanzas, que são menos de 50 USD, e 50 mil kwanzas.

Relativamente às razões que levaram a iniciar o negócio, a maioria dos entrevistados alega motivos de sobrevivência, ou seja, arranjar uma forma de vida que dê mais dinheiro, elevar a posição social e contribuir para o bem-estar da família. Quanto ao financiamento da actividade comercial, oito entrevistados iniciaram o negócio por conta própria, um dos entrevistados fê-lo com recurso a financiamento familiar e/ou de amigos e o último recebeu um crédito de 12 mil USD financiado por um banco.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Conclui-se assim que as linhas de apoio ao crédito são muito estreitas para as pessoas que exercem actividades informais e destaca-se aqui o Banco Sol, que de resto é um exemplo de sucesso no apoio ao microcrédito/crédito ao sector informal.

De certa forma estes comerciantes sentem-se abandonados pelo governo e alegam que não recebem nenhum apoio fiscal (crédito, microcrédito, formação, consultoria e acompanhamento). Ao longo do trabalho de investigação em Luanda, encontramos apenas um entrevistado que teve apoio via microcrédito vindo do governo.

No que diz respeito «aos principais obstáculos que limitam o desenvolvimento dos pequenos negócios em Angola», os entrevistados apontam os seguintes obstáculos: dificuldade no acesso ao crédito, falta de recursos qualificados, corrupção, falta de espaço físico adequado ao negócio, excesso de burocracia e falta de instituições de apoio técnico.

Quanto à questão da formação da mão-de-obra, as opiniões foram muito divergentes: uns são a favor da formação técnica e formação em gestão, outros concordam com a iniciação/aperfeiçoamento e defendem o *marketing* como factor a ter em conta.

Relativamente às vantagens decorrentes da informalidade, defendem que é mais fácil fazer negócio no mercado informal porque não pagam muitos impostos, não precisam de preencher documentos e não perdem tempo com burocracias. Dizem ainda que os preços são mais baixos e que não é preciso prestar contas a alguém.

Mas as desvantagens são imensas: aquisição de serviços/produtos de menor qualidade, reduzida garantia na qualidade dos produtos, risco dos concorrentes fazerem queixas as autoridades, dificuldade em recorrer ao crédito ou microcrédito junto das instituições públicas e das privadas, risco de ter graves perdas nas receitas, inspecções surpresa e multas enormes.

Quanto à corrupção e à transparência, os entrevistados consideram-nos um impedimento ao desenvolvimento do país, que deve ser combatido a todo custo. Por exemplo, quando um indivíduo recorre ao banco para pedir um crédito, se não tiver conhecimentos dentro da instituição bancária, o crédito pode levar uma eternidade a ser concedido, e, para se ter acesso ao crédito de forma célere, exige-se, de modo ilícito, que se deixe uma comissão de 10% sobre o valor solicitado, além dos juros cobrados, que são bastante elevados.

Relativamente ao futuro das actividades informais, que passa naturalmente pela formalização e legalização, as opiniões são repartidas por oito entrevistados, em que uns

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

crêem que dificilmente irão acabar, tendo em conta que as pessoas usam esse mercado como fonte de sobrevivência e outros pensam que as actividades informais não vão desaparecer por agora, devido à grandeza do país e por causa do nível de pobreza existente.

Quanto aos apoios desejados, 100% dos entrevistados consideram o crédito/microcrédito o apoio mais importante para aumentar e melhorar o seu negócio e o apoio institucional como outro elemento importante na redução dos processos burocráticos, sendo que um deles alega não ser formado na área de comércio e gestão e gostaria de beneficiar de uma formação em gestão e *marketing*.

O mesmo guião de entrevista foi aplicado aos empreendedores e empresários de maior dimensão, e o objectivo foi tentar comparar o mercado formal com o informal e saber quais as dificuldades com que os empresários se debatem no dia-a-dia e até que ponto os dois ajudam no desenvolvimento económico do país.

Em termos de tipo de negócio, uns encontram-se na área de vendas de electrodomésticos e outros na área de comércio (clínicas, lojas, farmácias, rede de minimercados e vendas de carros).

Quanto à subcategoria «razões do início da actividade», uns alegaram que as principais razões foram aumentar o prestígio da família e enriquecer, ao passo que para outros foi elevar a posição na sociedade e aumentar o prestígio da família.

Quanto ao financiamento, convergem na ideia de que deverá ser por conta própria. Em termos de apoios vindos do Estado, uns nunca receberam nada e outros, no princípio da actividade, também não, mas que recentemente, com o aumento dos negócios, têm beneficiado de créditos bancários.

Quanto à questão «Quais os principais obstáculos que limitam o desenvolvimento dos pequenos negócios em Angola?», um dos entrevistados aponta dificuldade no acesso ao crédito, corrupção, falta de formação dos empresários e elevada burocracia e o outro aponta a formação dos empresários: uma escola de preparação e uma da vida.

3.6 Considerações gerais sobre o estado da economia angolana

3.6.1 Caracterização histórica da economia angolana

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Angola passou por décadas de distorções económicas, provocadas pela economia de planeamento centralizado adoptada nos anos subsequentes à independência, ocorrida a 11 de Novembro de 1975.

A estas distorções económicas aditaram-se as resultantes do período de guerra civil, que durou 30 anos e limitou seriamente a movimentação de recursos.

Assim, o país foi marcado por um elevado e crescente número de deslocados internos, cujas estimativas oscilavam entre 2,3 e 4 milhões de pessoas, tendo ainda sido atingido pela destruição de grande parte das infra-estruturas sociais e económicas, pelas limitações estruturais relacionadas com a terra, pela demografia, pela agricultura e pelos recursos humanos, bem como por debilidades institucionais nos sectores público e privado.

Todavia, desde a assinatura do acordo de paz, a 4 de Abril de 2002, apesar de continuar a enfrentar uma inflação elevada e persistente, a economia angolana começou a apresentar sinais notórios de recuperação.

No seguimento do Censo Populacional de 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, cujos dados foram publicados em Março de 2016, a população de Angola, é de aproximadamente 24,3 milhões de habitantes, sendo que 50 a 60% destes vivem nos centros urbanos.

A taxa de crescimento populacional é elevada, cifrando-se a taxa de natalidade numa média de 7,2 filhos por mulher, sendo esta uma das mais elevadas do mundo.

No entanto, dois terços da população angolana vivem na pobreza, enquanto quase um em cada três angolanos são extremamente pobres.

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado pelo PNUD em 2014, Angola ocupa o 149.º lugar dos 175 países, havendo por isso ainda um longo caminho a percorrer.

3.6.2 Período colonial

A economia angolana neste período foi dominada pela transformação e/ou exportação de matérias-primas e produtos tropicais.

Ora, no seguimento dos escritos publicados por Emmanuel Carneiro⁴⁶, podemos resumir a economia de Angola pelos seguintes ciclos: o «ciclo dos escravos»,

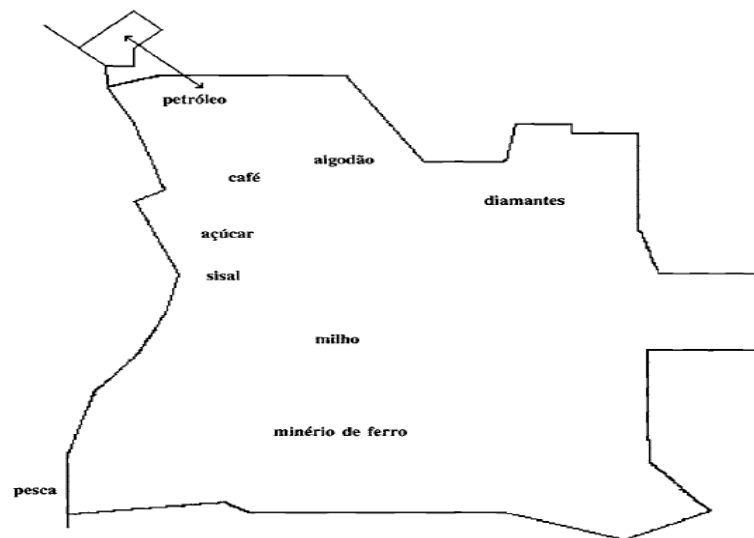
46 Carneiro, Emmanuel, escritos publicados no *site* <http://abemdanacao.blogs.sapo.pt/768350.html>

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

sensivelmente até à Conferência de Berlim. É o período em que a ocupação europeia se limitou à conquista e permanência em pontos restritos da costa marítima de Angola, os quais serviam de testas-de-ponte do comércio com o interior, praticamente só de escravos;

- o «ciclo da borracha», que poderá compreender entre cerca de 1885, com a primeira exportação de borracha, até sensivelmente 1910;
- o «ciclo do milho, do café e dos diamantes», que se iniciou a cerca de 1910 e prolongou até 1973. É o período em que impera uma nova lógica no domínio económico, buscando acima de tudo a modernização da economia e solidificação das relações exteriores;
- por fim, o «ciclo do petróleo», que se inicia em 1973 — ano em que este bem se torna o principal produto de exportação — e que certamente podemos considerar vigente até à presente data.

Mapa n.º 1 — Mapa de distribuição das zonas produtoras de bens



Fonte: Trabalho de Nuno Valério e Maria Paula Fontoura — Angola durante o 2.º período colonial — uma tentativa de análise.

3.6.3 Período pós-colonial ou da independência

No período pós-colonial ou da independência, a economia angolana caracteriza-se por três grandes períodos:

3.6.4 Período de 1976 a 1980

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Com a independência de Angola em 1975, seguiu-se a saída dos então colonizadores, que eram proprietários e quadros gestores da maioria das empresas que se mantiveram a laborar, embora a níveis muito baixos.

Foi nesta fase inicial, que cobre praticamente os anos de 1976 e 1977, que, ante o caos existente, o Estado angolano, por meio do confisco, se apropriou de centenas de empresas semi ou totalmente paralisadas, desde unidades de grande dimensão até microempresas, ramos estratégicos até ao simples comércio a retalho, sem quaisquer critérios ou objectivos predefinidos.

A bem da verdade, com o abandono das empresas, das milhares de casas, de fazendas de café, de uma generalidade de fábricas e de inúmeros armazéns por parte dos seus antigos proprietários, o Estado foi obrigado a assumir a sua propriedade para defesa do património nacional e dos próprios trabalhadores.

Desta forma, o Estado tornou-se o proprietário de quase tudo, criando assim um clima, em que ser privado era sinónimo de «sabotador da economia», motivado pelo excesso de zelo ideológico e pelo exacerbado nacionalismo.

Assim sendo, conforme defende José Manuel Zenha Rela⁴⁷, a intenção de uma estatização absoluta da economia estava de tal maneira enraizada como a única forma aceitável de propriedade que ,em Abril de 1976, foi extinta a Comissão de Apoio e Dinamização de Cooperativas, pelo facto de já ter «cumprido o seu papel histórico». Mas, com todas as insuficiências, «a CADCO, poderia ter sido um instrumento de grande importância, na revitalização de unidades industriais de pequena e média dimensão e de cooperativas de consumo»⁴⁸, uma vez que, pela «evolução lógica, tenderia a transformar-se num organismo de apoio as pequenas e médias empresas, independentemente do seu estatuto jurídico, procurando desenvolver em termos cooperativos um sector produtivo assente na pequena oficina de reparações diversas, na fábrica artesanal, na unidade de confecções, de mobiliário e outras similares e na consolidação de uma estrutura de cooperativas de consumo que com o tempo se desenvolveria para formas mais avançadas de uniões de cooperativas, centrais de compras e de distribuição»⁴⁹. Com a nacionalização abrupta das empresas anteriormente privadas, não ocorreu o expectável período de transição de conhecimentos, logo, surge

47 Rela, José Manuel Zenha, *Angola: o Futuro Já Começou*, Ed. Nzila, 2003, pp. 44–46.

48 *Idem.*

49 *Idem.*

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

«a criação de uma sociedade empresarial caracterizada pela inexistência de concorrência interna, só por si pouco estimuladora de um trabalho com rigor»⁵⁰. Acrescem ainda as dificuldades estruturais relacionadas com a deficiente comunicação. Ora, entendemos que nesta altura carecia já a economia angolana do micro, pequeno e médio empresariado, por forma a facilitar ao Estado a operacionalização e gestão das empresas existentes, resultando assim numa verdadeira cultura produtiva.

A extinção prematura da CADCO, a falta de apoio e mesmo de abastecimento às cooperativas de consumo dos locais de residência e de trabalho, o estigma de «sabotador» lançado sobre os comerciantes privados e, sobretudo, a centralização de todas as empresas estatais culminaram na implementação, no país, do Sistema de Planificação Centralizada de Desenvolvimento Económico e Social⁵¹.

3.6.5 Período de 1980 a 1992

Na década de 80 e 90, a economia angolana era de planeamento centralizado, marcada predominantemente pelos princípios da ideologia marxista-leninista, contrários à economia de mercado liberal, fundamento económico das sociedades capitalistas.

Em 1987, o país acabava de implementar o SEF⁵², que visava contrapor a elevada taxa de inflação e os desequilíbrios macroeconómicos existentes. No entanto, aquele programa «não conseguiu reduzir o défice ou a inflação, tendo sido substituído em 1989 pelo Programa de Recuperação Económica. A adesão de Angola ao FMI e ao Banco Mundial, em Setembro de 1989, e as alterações ocorridas no Leste da Europa possibilitaram várias mudanças consubstanciadas no Programa de Acção do Governo, anunciando-se em Setembro de 1990 que o objectivo fundamental a prosseguir seria a passagem gradual para uma economia de mercado»⁵³.

3.6.6 Período de 1992 a 2016

Este período é marcado pelo advento de uma economia de mercado e de democracia multipartidária, com a queda do Muro de Berlim em 1990, e a aceitação do princípio da livre iniciativa económica e da propriedade privada.

Este período foi ainda marcado pela instabilidade político-militar e pelo rasto de destruição das infra-estruturas básicas, de telecomunicações e dos recursos energéticos

50

Idem.

51

Tendo sido criadas a Egrosbinde e Egrosbal para venda a retalho de produtos alimentares.

52

Programa de Saneamento Económico-Financeiro.

53

Rela, José Manuel Zenha, *Angola: o Futuro Já Começou*, Ed. Nzila, 2003, pg 53 (adaptado).

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

existentes, o que obrigou a um forte êxodo da população para as grandes cidades e da desarticulação do tecido económico-social.

CAPÍTULO IV — A IMPORTÂNCIA DAS MPME PARA O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA

4 4.1 CONCEITO DE MPME na Lei angolana

Os critérios identificativos para compreender as MPME variam em função da realidade de cada país, tendo em conta a fase económica alcançada pelos países e ou regiões.

Nos termos da Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro — Lei das Micro, Pequenas e Médias empresas, doravante LMPME —, Angola adoptou como critério para a classificação das MPME o número de trabalhadores efectivos e/o volume da facturação bruta anual, sendo este último, o critério determinante e prevalecente sempre que for necessário decidir sobre a classificação das mesmas.

Tal como referido, a LMPME estabelece as linhas gerais e instrumentos de apoios ao fomento empresarial privado, à promoção do emprego e à competitividade da economia, categorizando as empresas por:

Microempresa — as empresas com um máximo de 10 trabalhadores e/ou com facturação bruta anual inferior a USD 250 mil;

Pequena empresa — as empresas que empreguem entre 10 a 100 trabalhadores e com uma facturação bruta anual que varia entre os USD 250 mil e os 3 milhões;

Médias empresas — as empresas que empreguem entre 100 a 200 trabalhadores e/ou com uma facturação bruta anual que varia entre USD 3 a 10 milhões.

Quadro n.º 3 — Conceito de MPME

CATEGORIAS DE EMPRESAS	TRABALHADORES	FACTURAÇÃO BRUTA ANUAL
Micro	Até 10	Não Superior a USD 250 mil
Pequena	10 a 100	Entre USD 250 MIL a USD 3 milhões
Média	100 a 200	Entre USD 3 milhões e 10 milhões

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Fonte: Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro — Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

4.2 Importância das MPME em Angola

O território de Angola, com 1 246 700 quilómetros quadrados, corresponde aproximadamente ao somatório da dimensão dos territórios de Portugal, Espanha e França e é 3,5 vezes superior ao da Alemanha⁵⁴. Angola é potencialmente rica em recursos naturais, sobretudo em termos de recursos agrícolas e minerais. Hoje em dia, o país ainda está dependente das importações, o que o torna de alguma forma vulnerável. Segundo estudos do GEM 2016–2017, Angola é um país cuja economia está orientada por factores de produção, e o desenvolvimento económico está associado às mudanças na quantidade e no carácter do valor económico acrescentado.

O desenvolvimento económico de um país ou Estado-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população.

Estas mudanças resultam em maior produtividade e num aumento do rendimento *per capita* e, frequentemente, coincidem com a migração de trabalho entre os diferentes sectores económicos da sociedade (por exemplo, do sector primário para a indústria e serviços)⁵⁵. Nos países com baixos níveis de desenvolvimento económico, o sector agrícola é tipicamente preponderante, assegurando a subsistência à maioria da população, a qual vive, sobretudo, em zonas rurais.

Esta situação vai mudando à medida que a actividade industrial começa a desenvolver-se, muitas vezes em torno da extracção de recursos naturais. Começando a indústria extractiva a expandir-se, há um impulso para o crescimento económico que faz com que o excedente de população ligada ao sector agrícola migre para sectores extractivos e de grande escala, frequentemente localizados em regiões específicas.

Destes processos resulta um excesso de oferta de mão-de-obra, que acaba por provocar o empreendedorismo de necessidade em aglomerados regionais, dado os trabalhadores excedentários procurarem criar o seu próprio emprego, de modo a garantir a sua subsistência.

54 Instituto Nacional de Estatística GEM 2014.

55 Gries, T. e W. Naude. (2010): «Entrepreneurship and Structural Economic Transformation,» In *Small Business Economics*.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Assim, a economia angolana confronta-se com dois desafios fundamentais: o primeiro é o de melhorar a aplicação das receitas da venda do petróleo para reduzir a pobreza, o segundo implica expandir e diversificar a produção económica.

Estes dois desafios estão muito ligados, e Angola só será capaz de proporcionar emprego e aumentar os rendimentos através da reconstrução da produção e do sector de serviços.

A tão almejada diversificação da economia será realizada através do desenvolvimento das MPME, que reduzirá o custo elevado da produção interna, proporcionando emprego à população em crescimento e aumentando desta forma os rendimentos⁵⁶. «O potencial de geração de empregos e de ocupação da mão-de-obra é bastante desejável no cenário económico actual, no qual o desemprego tornou-se um problema relevante», afirma Silva (2004)⁵⁷, acrescentando que no Brasil uma das principais formas encontradas no combate ao desemprego é a geração de novos negócios (empreendimentos), onde ex-trabalhadores assumem a missão de desenvolver a sua própria empresa e com isso gerar produção, rendimento e, posteriormente, novos postos de trabalho. No seguimento do que precede, Westhead (2003), defende que as micro, médias e pequenas empresas são relevantes por actuarem directamente na geração de empregos e de riqueza para as famílias.

No Brasil, por exemplo, segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — SEBRAE, tais empreendimentos correspondem a 20% do Produto Interno Bruto e empregam mais da metade da população economicamente activa⁵⁸. Países como o Brasil vêm consolidando a sua posição entre os países com maior taxa de actividade empreendedora, como mostra o GEM (2009), confirmando que, apesar da crise económica mundial, a economia do Brasil se mostrou dinâmica, sendo capaz de minimizar os efeitos da crise sobre o empreendedorismo.

Oliveira e Oliveira (2006)⁵⁹ afirma que uma importante contribuição das MPME para o crescimento e desenvolvimento de um país é a de servirem de «colchão amortecedor» do desemprego. Este tipo de empreendimento é uma alternativa de ocupação para uma parcela da população que tem condições de desenvolver o seu próprio negócio e uma

56 Cit. Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Sector Micro e Pequeno Empresarial Angolano.

57 Cit. no IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia de 2012.

58 Informação publicada pelo SEBRAE em 2004.

59 Cit. no IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia de 2012.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

opção de emprego formal ou informal para uma grande parte da força de trabalho excedente, em geral com poucas qualificações, que não encontra emprego nas empresas de maior porte, mas que terá conhecimentos práticos úteis à potencialização da economia. Países há, e Angola é um deles, cujo rendimento *per capita* cresce em resultado da exploração de um recurso natural do qual seja muito bem dotado. Mas, por outro lado, não há transformações estruturais na economia, na medida em que a produção desse bem ocorre em regime de enclave, ficando os frutos do progresso técnico limitados exclusivamente àquele sector da economia.

60

Em Angola, as MPME revelam-se cada vez mais decisivas no crescimento económico, com a criação de grande quantidade de postos de trabalho, a diversificação da economia e o aumento da produção nacional.

Em função da importância daquelas empresas, o Governo, por intermédio do Programa Angola Investe, que se destina a facilitar o acesso ao crédito e a prestar assessoria aos empresários, pretende estimular a formalização de actividades económicas outrora informais.

Para concluir, podemos reforçar que o desenvolvimento económico de um país ou Estado-nação corresponde ao processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico no trabalho e no capital, o qual conduz ao aumento da produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população⁶¹.

Celso Furtado (2004: 484), por sua vez, afirma que o «crescimento económico, tal como o conhecemos, vem se fundando na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social subjacente»⁶².

Amartya Sen, no livro *Desenvolvimento como Liberdade* (2010, p. 16), afirma que «o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam». A promoção desta liberdade necessita de factores já evidenciados pelo conceito de desenvolvimento tradicional, como crescimento do PNB, aumento dos rendimentos pessoais, industrialização, avanço tecnológico e modernização social. Mas as liberdades dependem principalmente de outras

60

61 Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1986) *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

62 *Idem*.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

determinantes vinculadas ao desenvolvimento humano, como educação, saúde, direitos civis e participação política.

Quanto ao facto de o rendimento servir de medida ao desenvolvimento, Sen afirma que a riqueza não oferece a possibilidade de se viver para sempre, mas de viver bem, com uma vida longa e boa, sem miséria e com liberdades, motivos desejados por todos. O autor inicia a sua definição da perspectiva da liberdade a partir de uma questão fundamental ao conceito de desenvolvimento, a diferença entre uma concentração económica e a vida que podemos levar.

Uma concepção correcta de desenvolvimento deve ir além da acumulação da riqueza demonstrada através de indicadores de rendimento, «o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos» (SEN, 2010, p. 29).⁶³

4.3 Políticas e programas actuais de desenvolvimento das MPME em Angola

Com vista a atingir os objectivos propostos, desenvolveu-se o Plano Nacional de Desenvolvimento quinquenal⁶⁴, compreendendo os anos de 2013 a 2017, considerado o principal veículo na concretização da Estratégia Angola 2025, cujo principal objectivo político é o aumento da qualidade de vida em Angola.

O mote adoptado — Estabilidade, Crescimento e Emprego — está essencialmente alicerçado na transformação da riqueza potencial de Angola em riqueza real e tangível, de forma a combater a pobreza e melhorar as condições de vida da população.

O grande objectivo macroeconómico de Angola é a criação de emprego qualificado e adequadamente remunerado, em particular para os jovens, num país que se pretende contemporâneo e desenvolvido, sendo prevista, a criação de **65 735** postos de empregos directos, indirectos e induzidos.

Assim, no fomento às MPME, previu-se a criação de diversos programas, com vista a simplificar o acesso aos diversos recursos, financeiros e não financeiros, aos empreendedores.

4.3.1 Programa Angola Investe

63

Fonte: <http://cnm.ufsc.br/files/2014/01/Monografia-da-Andrea-dos-Santos>.

64

Compreendendo os anos de 2013 a 2017.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

O Angola Investe é um programa lançado pelas autoridades angolanas que visa promover a concessão de crédito por parte dos bancos comerciais às micro, pequenas e médias empresas, devidamente credenciadas pelo INAPEM, bem como aos empreendedores singulares, nos sectores prioritários do desenvolvimento nacional.

É um programa tutelado pelo Ministério das Finanças Angolano, que tem como objectivo a criação em Angola de um tecido empresarial nacional forte, sobretudo ao nível das MPME, que seja gerador de emprego e de riqueza para os angolanos.

Em detalhe, os objectivos do programa são os seguintes:

- diversificar a economia para outros sectores de actividade económica para além do petróleo e gás;
- aumentar a produção nacional, reduzindo as importações;
- combater a pobreza, através de criação de emprego e de auto-emprego (microempresas);
- estimular a formalização das actividades económicas em Angola e melhorar a taxa de bancarização da população sendo esta linha de financiamento gerida pelo INAPEM, por onde passam todas as candidaturas e que emite a certificação às empresas.

Os financiamentos do programa Angola Investe encontram-se ainda garantidos pelo sistema de garantia mútuo angolano — Fundo de Garantia de Crédito do Estado —, que cobre 70% do valor financiado pelo banco, assumindo assim este um risco líquido de apenas 30%, o que facilita a aprovação dos financiamentos.

O programa Angola Investe vai poder abranger mais de 50 mil empresas angolanas, das quais cerca de 37% são microempresas, com menos de 10 trabalhadores ou facturação inferior a USD 250 000 (duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos).

A candidatura à linha de financiamento Angola Investe é proposta aos bancos protocolados e deve ser acompanhada pelo respectivo Plano de Negócios e Projecto de Investimento, sendo importante atestar junto do banco financiador a capacidade da empresa fazer face ao financiamento que está a solicitar.

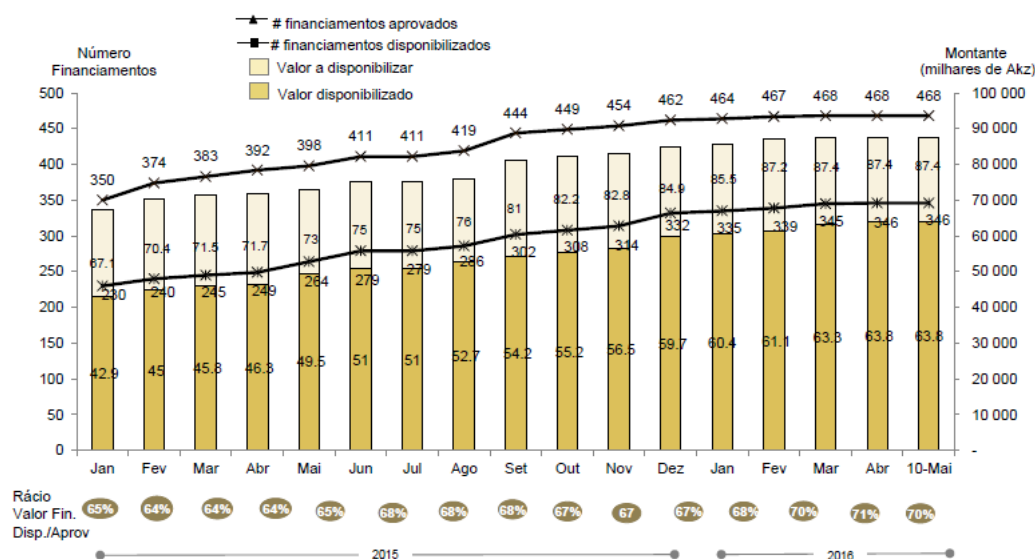
Relativamente às iniciativas de financiamento:

- foram aprovados 468 financiamentos, perfazendo um total em kwanzas de Kz 87 416 M (oitenta e sete milhões quatrocentos e dezasseis mil kwanzas);
- foram ainda disponibilizados 346 financiamentos, equivalentes a Kz 63.879 M (setenta e três milhões oitocentos e setenta e nove mil kwanzas);

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- foram emitidas 340 garantias bancárias, no valor de Kz 48 871 M (quarenta e oito milhões oitocentos e setenta e um mil de kwanzas).⁶⁵

Gráfico n.º 2 — Dados de Financiamento — Angola Investe



Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

São características do programa Angola Investe as seguintes:

- financiamento com apoio do Fundo de Garantia de Crédito do Estado, que garante 70% do capital;
- montantes até USD 200 000 (duzentos mil dólares norte-americanos) para micro e pequenas empresas, e entre USD 200 000 (duzentos mil dólares norte-americanos) e USD 5 000 000 (cinco milhões de dólares do norte-americanos), para médias e grandes empresas;
- taxa de juro na ordem dos 5%;
- prazo de reembolso de 5 anos;
- período de carência de 6 meses;
- certificação do INAPEM;
- proposta de financiamento acompanhada do Projecto de Investimento;

65

Note que o BCA — Banco Comercial Angolano — e o Banco Valor, até à presente data, não aprovaram qualquer financiamento.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- submissão do processo Angola Invest aos bancos protocolados;

Sectores prioritários para o Programa de Desenvolvimento das MPME:

- a) **Agricultura, pecuária e pescas**, visando especificamente promover a produção de:
 - Cereais: milho, arroz, trigo, massango e massambala;
 - Leguminosas: cultura de feijão comum;
 - Raízes de tubérculos: mandioca, batata rena, batata-doce e batata inhame;
 - Oleaginosas: amendoim, palmeira de dendém, girassol e soja;
 - Hortícolas e fruteiras;
 - Cana-de-açúcar e café;
 - Peixes, mariscos e crustáceos;
 - Bovinicultura de corte e de leite;
 - Caprinicultura, suinicultura e avicultura.
- b) **Materiais de construção**, visando promover a produção de:
 - Varão de aço;
 - Tubos pretos e galvanizado;
 - Chapas de zinco e fibrocimento;
 - Gesso, cimento e produtos cerâmicos;
 - Ferragens e carpintarias;
 - Tubos e perfis em PVC;
 - Tintas, vernizes e colas;
 - Produtos de canalização (ex. torneiras e chuveiros);
 - Aparelhos/sistemas de refrigeração;
 - Lâmpadas, cabos, fios e painéis eléctricos.
- c) **Serviços de apoio ao sector produtivo**, visando desenvolver:
 - Mecânica industrial e automóvel;
 - Electricidade industrial e automóvel;
 - Incubadora de empresas com serviços de consultoria, contabilidade e *marketing*;
 - Entrepósitos logísticos de conservação e congelação;
 - Transportes rodoviários de mercadorias;

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- Construção de naves industriais, avícolas e pecuárias.

d) Indústria transformadora, geologia e minas, visando promover a produção de:

- Bebidas: cervejas, vinhos, águas, sumos e espirituosas;
- Conservas de frutas, legumes, concentrados, carne e peixe;
- Lacticínios e derivados, fermento fresco e seco;
- Massas, bolachas e confeitos;
- Fabrico de açúcar, melaço, bagaço e álcool;
- Óleos vegetais e derivados;
- Descasque de arroz e café, torrefacção de café;
- Derivados da pesca;
- Moagem de farinhas em rama e espoadas;
- Ração animal;
- Têxteis e confecções, curtume, couro, peles, calçado e marro;
- Artefactos e artes de pesca;
- Resinas;
- Fabrico de pneus e câmaras-de-ar, materiais de recauchutagem, artefactos de borracha e recauchutagem;
- Montagem de motorizadas e bicicletas;
- Aproveitamento de peças e tratamento de sucata ferrosa e não ferrosa;
- Artigos de madeira e mobiliário;
- Indústrias gráficas;
- Embalagens de cartão e plástico, sacaria;
- Agricultura: produtos de apoio ao campo, máquinas de equipamento e utensílios;
- Balcões, arcas, vitrinas frigoríficas e frigorífico;
- Fileira de derivados do petróleo e gás;
- Manufactura de minerais não metálicos;
- Madeira — contraplacados e prensados;
- Reciclagem de papel, celulose e pasta para papel;
- Rochas ornamentais e pedras semipreciosas;
- Indústria de fertilizantes e de soda cáustica;

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- Adubos;
- Vidro: embalagens, loiça e planos;
- Metalomecânica pesada e ligeira;
- Siderurgia: electrossiderurgia e electrometalurgia;
- Indústrias químico-farmacêuticas;
- Construção e reparação naval.

O programa Angola Investe é dotado de um subprograma de bonificação de juros, cuja taxa máxima se fixa em 5% e a linha de crédito bonificada, disponível até 2015, era superior a 288 mil milhões de kwanzas.

As garantias públicas são ainda de até 70% do crédito concedido, e o fundo global para prestar garantias públicas é de até 96 mil milhões de kwanzas.

Quanto ao apoio a financiamentos, são atribuídos nos seguintes termos:

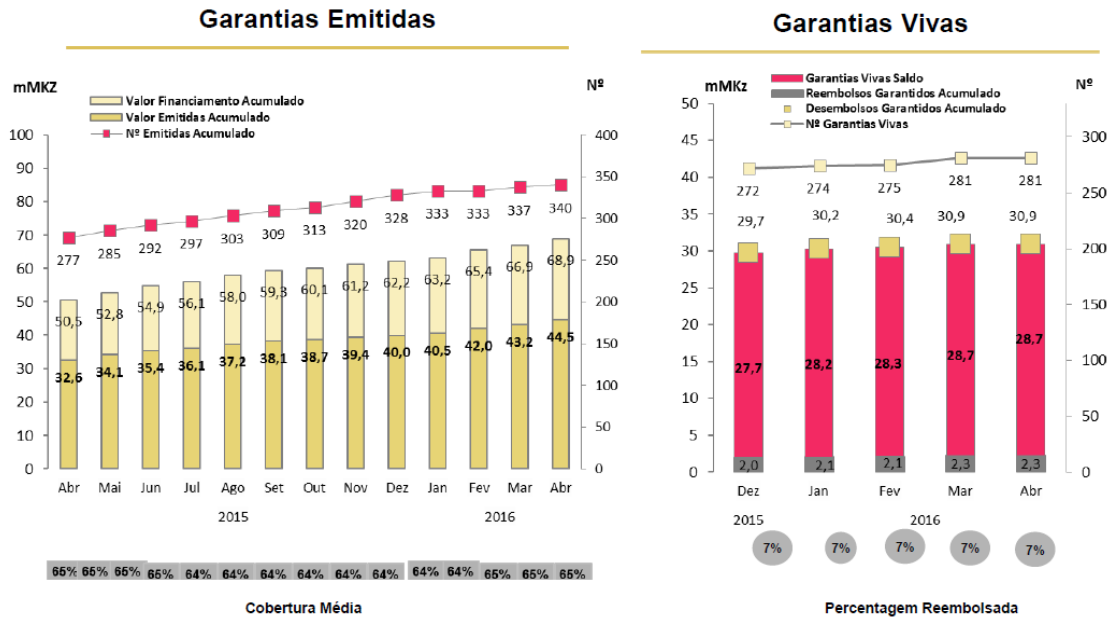
- Microempresas — até 19,2 milhões de kwanzas;
- Pequenas empresas — até 144 milhões de kwanzas;
- Médias empresas — até 480 milhões de kwanzas.

A bonificação do crédito e as garantias públicas estão limitadas a sectores prioritários como agricultura, pecuária, pescas, indústria, geologia e de apoio à produção.

Para acesso às mesmas, entre outros, é exigido que as empresas candidatas ao programa estejam legalmente constituídas, tenham a situação fiscal regularizada e sejam certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa — INAPEM. Até a presente data, o total de garantias disponibilizadas pelo Estado ronda os mil milhões de kwanzas, cobertos até 70% pelo Estado.

Gráfico n.º 3 — Garantidas emitidas pelo INAPEM

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola



Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

Às MPME são concedidos benefícios fiscais, tais como a redução de taxas previstas no código de impostos industriais, isenção do imposto de consumo sobre matérias-primas e do imposto de selo para microempresas.

Ao todo, foram financiados 99 projectos com um valor disponibilizado de cinco mil milhões de kwanzas, perfazendo o montante aprovado pelos bancos comerciais Millenium, BFA, BPC, BIC, BNI, Sol, BAI e Keve Kz 13 mil milhões de kwanzas⁶⁶.

4.3.2 PROAPEN/PREI

Outro programa de apoio aos empreendedores concebido pelo Governo angolano é, segundo o Decreto Presidencial n.º 42/12, de 13 de Março, o PROAPEN/PREI, que consiste num Programa de Apoio ao Pequeno Negócio, o qual visava promover o desenvolvimento e a consolidação dos negócios de pequena dimensão, facilitando o acesso ao crédito aos microempreendedores, em condições ajustadas à dimensão e natureza das iniciativas individuais e, ainda, a capacitação dos gestores de micro e pequenos negócios, o aumento da oferta de bens e serviços e a criação de postos de trabalho.

66 Note que o BCA — Banco Comercial Angolano — e o Banco Valor, até à presente data, não aprovaram qualquer financiamento.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Nos termos do art.º 3.º do supra referido Decreto Presidencial, são finalidades deste programa:

- facilitar o acesso das microempresas e microempreendedores ao crédito para financiamento dos seus custos de exploração e de investimentos;
- contribuir para o alargamento do mercado nacional de bens e serviços;
- promover o fortalecimento dos micronegócios, criando novas oportunidades de emprego e de redução da pobreza;
- apoiar o acesso da população a serviços financeiros básicos⁶⁷;
- reduzir os níveis de informatização da economia, facilitando o processo constitutivo das sociedades comerciais;
- estimular a frequência de acções formativas de carácter profissional.

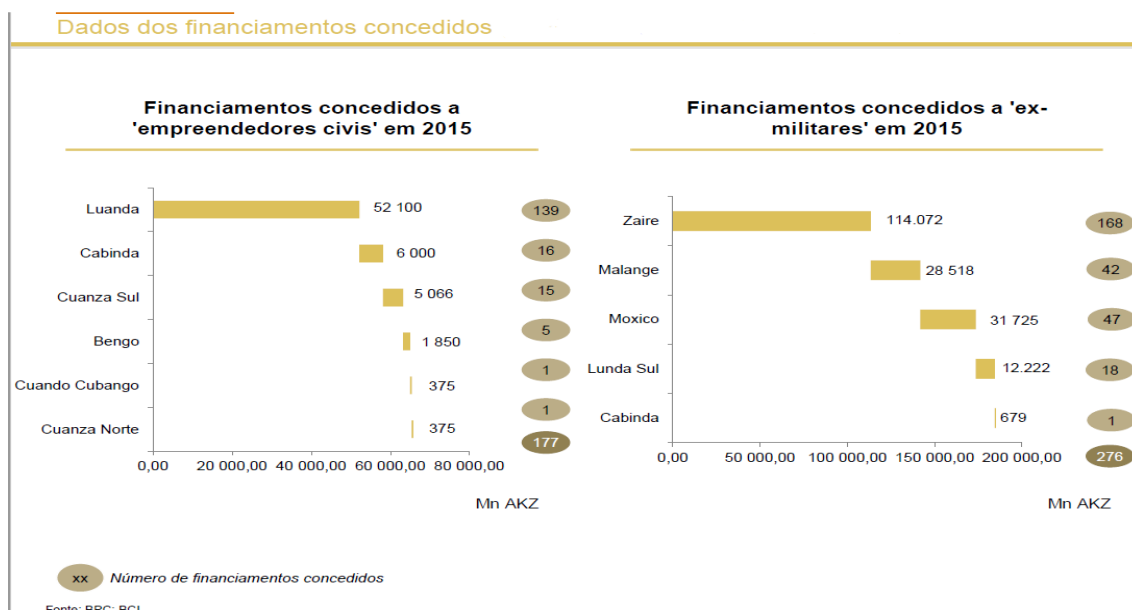
Relativamente às acções formativas de carácter profissional, são aquelas da responsabilidade do INEFOP — Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.

O programa PROAPEN/PREI, em 2015, financiou 177 microempreendedores civis e 276 ex-militares, no valor total, respectivamente, de Kz 65 391 000,00 (sessenta e cinco milhões trezentos e noventa e um mil kwanzas) e Kz 187 216 000,00 (cento e oitenta e sete milhões duzentos e dezasseis mil kwanzas), constatável no gráfico infra.

Gráfico n.º 4 — Dados dos financiamentos concedidos PROAPEN/PREI

67 Nomeadamente através da bancarização dos rendimentos obtidos das actividades comerciais exercidas.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola



Fonte: BPC e BCI, citados pelo Relatório PMO do MNE, Março 2016.

4.3.3 Programa Feito em Angola

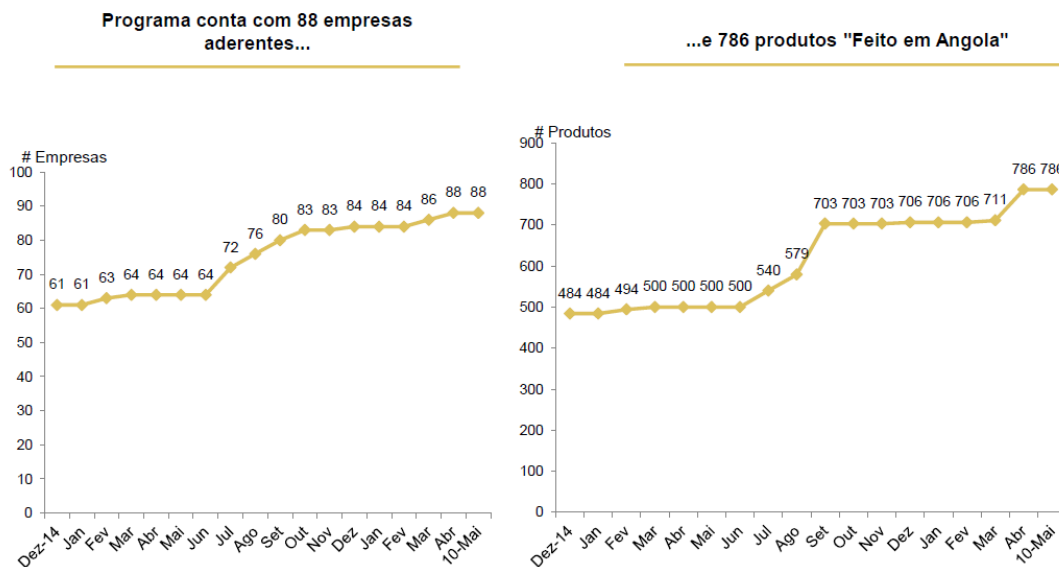
O Programa Feito em Angola tem como objectivo incentivar, promover e premiar as empresas que produzam os seus bens e prestem os seus serviços em Angola⁶⁸.

Este programa permite estimular a produção nacional e promover as marcas e produtos nacionais em detrimento das de outros países, contribuindo para o fortalecimento da economia angolana em termos gerais.

Dados estatísticos do Ministério da Economia demonstram que, na presente data, são 88 as empresas aderentes a este programa e 786 os novos produtos inscritos.

Gráfico n.º 5 — Dados do Programa Feito em Angola

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola



Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

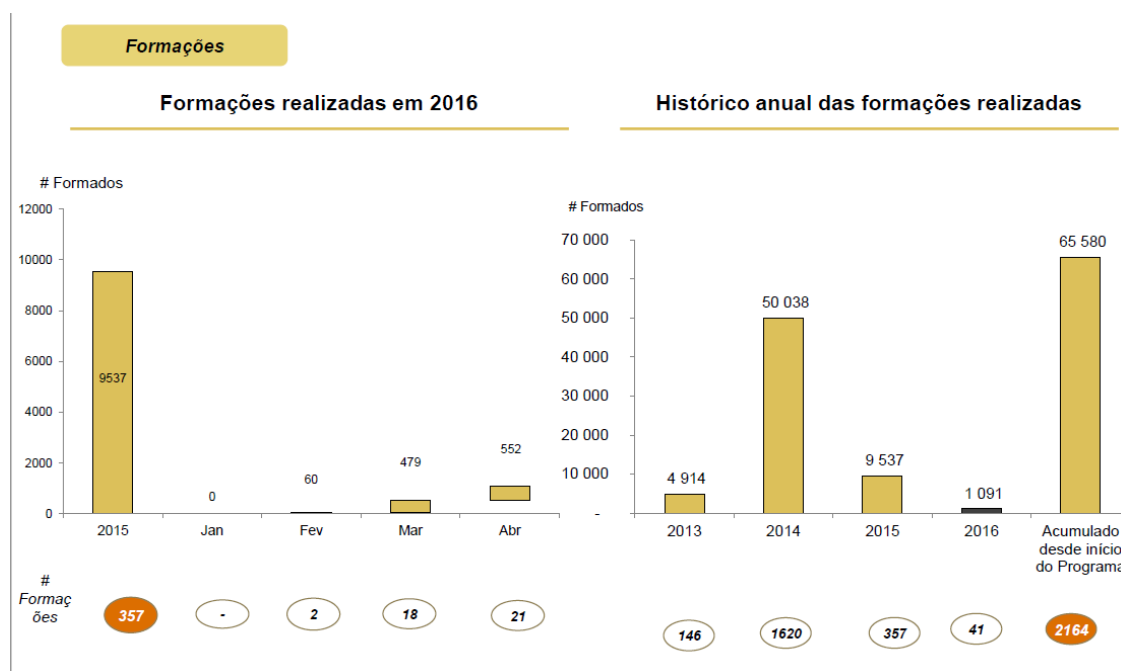
4.3.4 INAPEM

O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, abreviadamente INAPEM, é o órgão da administração indirecta do Estado angolano, ao qual compete genericamente a implantação das políticas e estratégias no domínio da capacitação e financiamento das micro, pequenas e médias empresas. É uma entidade de direito público, dotada de personalidade e capacidade jurídica, bem como de autonomia administrativa e financeira.

O INAPEM, por forma a dirimir as debilidades dos empreendedores, bem como dotá-los dos devidos conhecimentos, tem vindo a realizar acções de formação.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Gráfico n.º 6 — Acções de formação realizadas pelo INAPEM



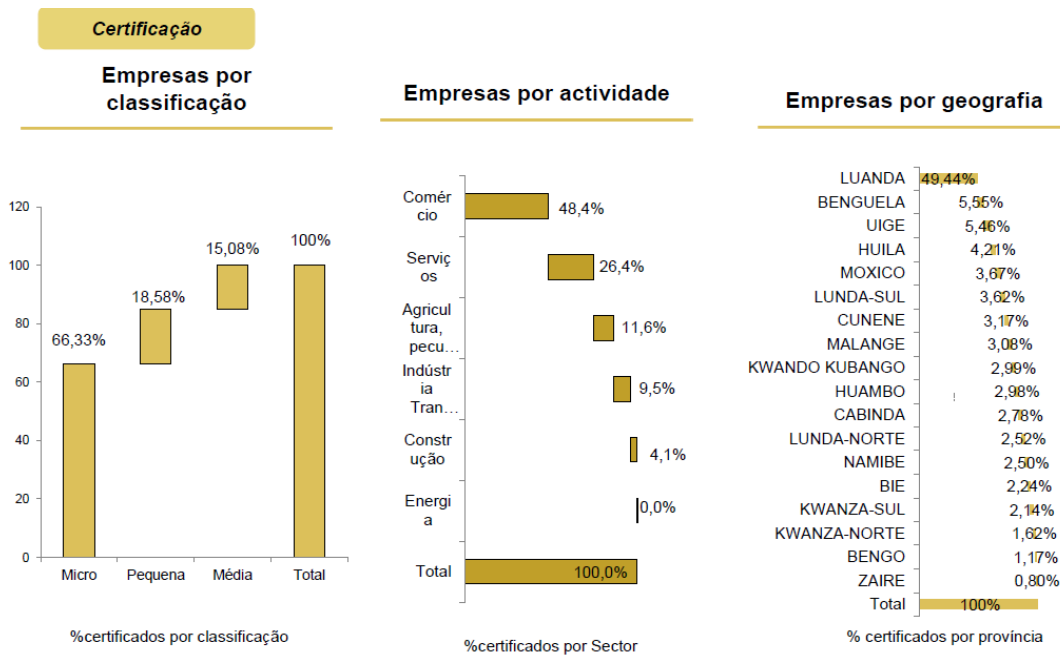
Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

Outra das funções do INAPEM é a atribuição da devida certificação às MPME.

A certificação das MPME constitui uma imensa mais-valia, passando estas a ser abrangidas por um conjunto de incentivos e facilidades a atribuir pelo Estado, definindo as condições de acesso aos respectivos incentivos/benefícios.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

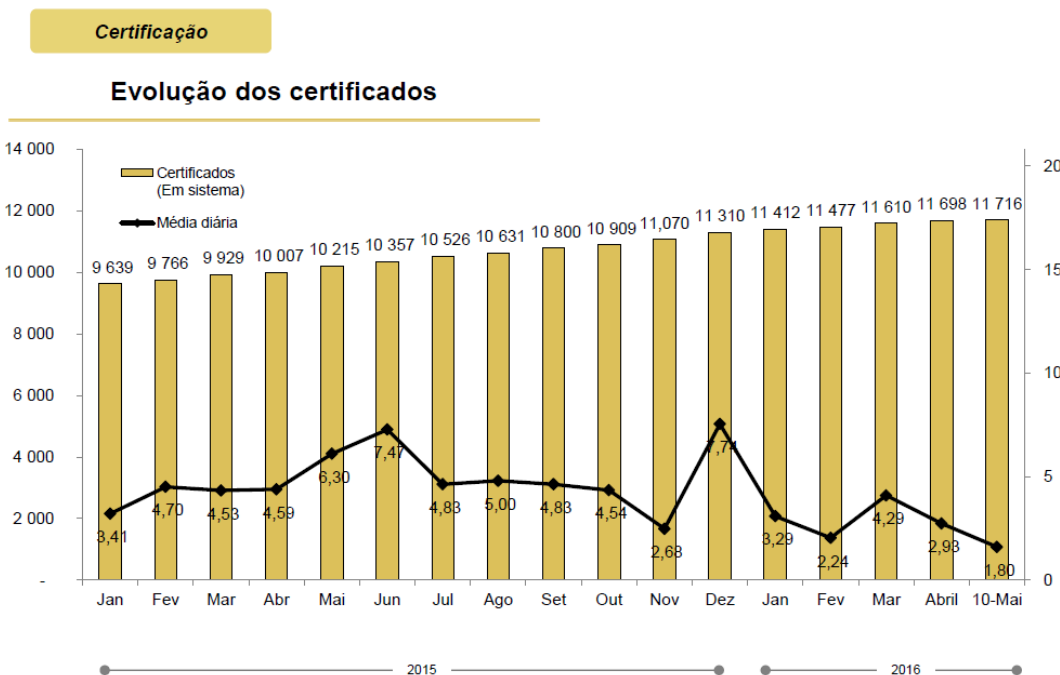
Gráfico n.º 7 — Empresas certificadas pelo INAPEM



Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

Entre 2015 e 2016, o INAPEM apresentou a seguinte evolução de certificados atribuídos.

Gráfico n.º 8 — Evolução dos certificados emitidos pelo INAPEM



Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

4.4 Simplificação do processo de constituição de empresas

Atendendo às dificuldades sociais existentes e à informalidade do empreendedorismo, julgou pertinente o Governo a criação de mecanismos de simplificação de constituição de empresas.

Dado o potencial das MPME, nos diversos sectores, na promoção de emprego e auto-emprego e sendo a massa trabalhadora a força motriz das sociedades, o Governo de Angola vem adoptando diferentes abordagens para que as MPME possam desempenhar um papel-chave na diminuição do elevado número de jovens no desemprego.

Ora, com vista a tornar o processo de criação de empresas mais célere e menos dispendioso, na sequência do Decreto Presidencial n.º 40/12 de 13 de Março, foi criado Guiché Único da Empresa (GUE), com o objectivo de simplificar os procedimentos para a criação de empresas, cabendo ao Ministério da Justiça contribuir adequadamente para o sucesso desta operação.

Actualmente, os procedimentos de constituição de sociedades comerciais podem ser concluídos numa questão de horas no mesmo dia em que se inicia o processo.

Dados fornecidos pelo Guiché Único da Empresa⁶⁹ indicam que, desde a sua implementação até à data da consulta, tinham sido criadas cerca de 19 790 empresas em todos os sectores da economia e em todo território nacional.

Para simplificação da criação de empresas, foi igualmente criado e regulamentado, pelo Decreto Presidencial n.º 40/12, de 30 de Março, o sistema denominado «Balcão Único do Empreendedor» (BUE).

4.4.1 BUE — Balcão Único do Empreendedor

O BUE está implementado na maioria das 18 províncias de Angola e visa facilitar a criação de microempresas, simplificando os procedimentos e reduzindo os custos, principalmente para a juventude e os operadores do sector informal.

Presta ainda todos os serviços básicos, incluindo serviços relativos ao registo da empresa, pagamento de impostos e agência bancária.

Note que a desburocratização dos processos referentes às MPME é um esforço integrado e encetado conjuntamente por vários ministérios⁷⁰.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

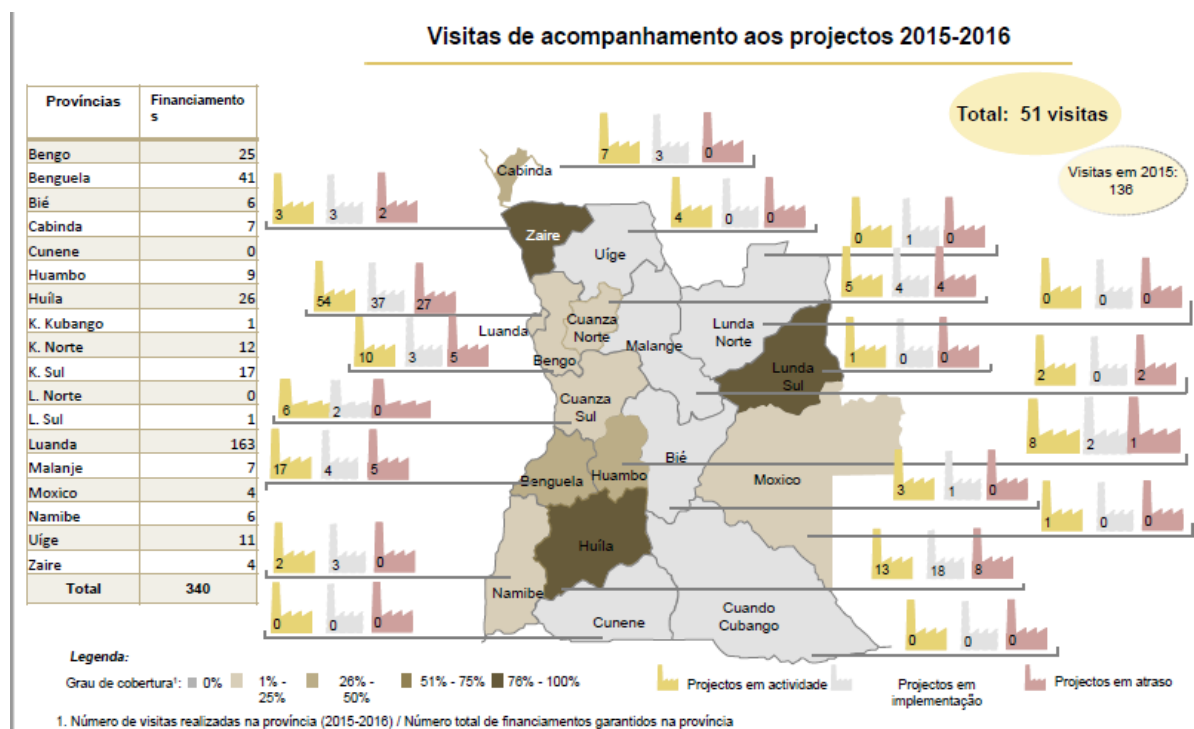
4.4.2 GUE — Guiché Único do Empreendedor

O Guiché Único da Empresa é um serviço público integrado, que tem a finalidade de constituir, modificar, alterar e extinguir empresas em 24 horas. O GUE foi criado a 15 de Novembro de 2003 e é dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. O GUE é tutelado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Neste órgão, encontra todos os serviços que participam no processo de constituição de empresas e afins, sem precisar sair do local, simplificando, deste modo, todo o processo. Desde a sua institucionalização, foram criadas mais de 26 mil empresas, entre as quais 22 376 sociedades por quotas, 1633 sociedades anónimas e 2424 comerciantes em nome individual, sendo a maior parte das quais micro, pequenas e médias empresas.

4.4.3 FGC — Fundo de Garantia de Crédito

Mapa n.º 2 — Mapa de acompanhamento aos programas aprovados em 2015/2016



Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

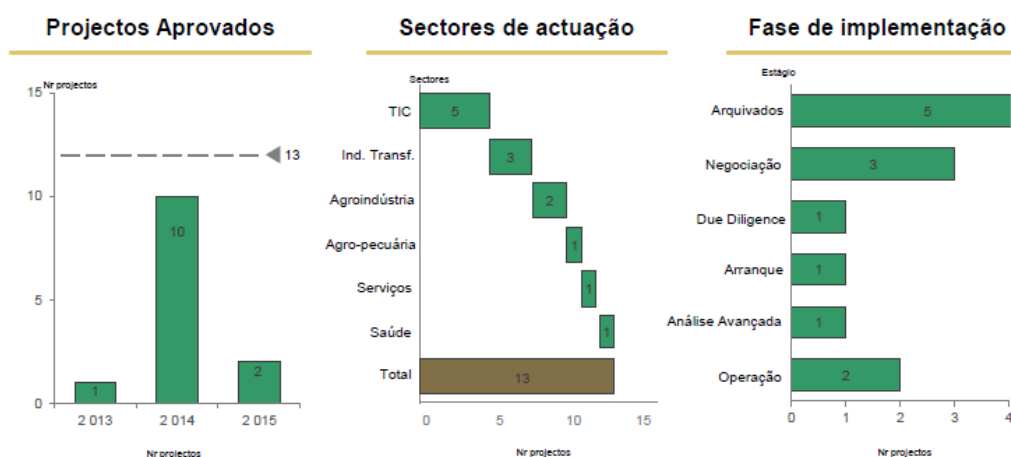
4.4.4 FACRA — Fundo Angolano de Capital de Risco

O FACRA foi criado pelo Decreto-Lei n.º 108/12 de 7 de Junho e tem por finalidade criar as condições materiais e regulamentares do regime de aplicação e concessão do capital de risco promocional.

Entre as finalidades do FACRA, destacamos as seguintes:

- o financiamento em capital de risco às MPME nacionais com elevado potencial;
- o investimento em projectos empresariais em fase de arranque;
- a promoção de viabilidade económica e financeira das MPME e de um espírito empresarial responsável; a garantia de retorno rentável dos capitais públicos investidos, tendo em consideração os critérios de gestão e da aplicação do investimento.

Gráfico n.º 9 — Projectos aprovados



Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

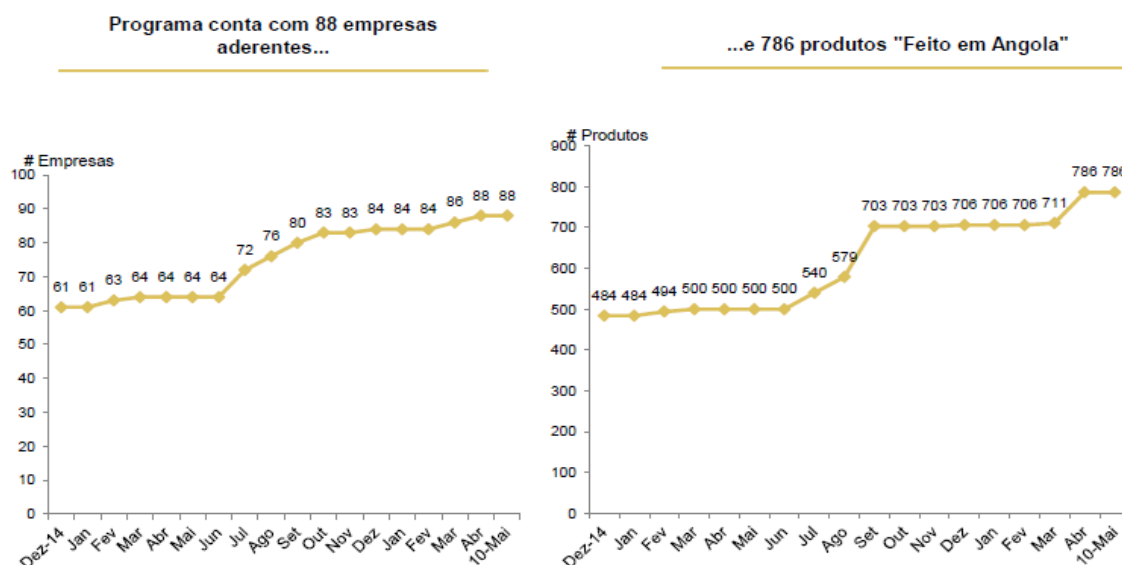
4.4.5 Branding Feito em Angola

O artigo 12.º da Lei 40/12 de 13 de Março define os objectivos deste programa, conforme abaixo:

«O programa de incentivo ao consumo de produtos nacionais deve ser simplesmente através do aperfeiçoamento da rede de comércio rural e urbano e tem como objectivo desenvolver o sector agro-pecuário e industrial.»

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Gráfico n.º 10 — Evolução da adesão ao *branding* Feito em Angola



Fonte: Relatório PMO do MNE, Março 2016.

4.5 Considerações gerais sobre os impactos dos programas de desenvolvimento das MPME para a sociedade angolana

Neste ponto, verificou-se que, apesar de estarem criadas as condições básicas para a normalização da actividade económica (possibilitando a mobilidade interna, fomentando a actividade comercial e o investimento), a carência de infra-estruturas físicas, designadamente ao nível dos portos e aeroportos, de telecomunicações fixas e redes de electricidade e de recursos humanos, continua a condicionar a evolução da economia angolana. Por outro lado, o sector informal assume ainda um forte peso na economia e tem um papel decisivo em termos de subsistência das famílias.

Perante este quadro, e dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, o principal desafio para Angola consiste no relançamento dos sectores fora da esfera da indústria petrolífera, por forma a aumentar a oferta interna e a diversificar as exportações, criando emprego (este sector emprega apenas 1% da população activa), compensando a reduzida formação técnica e diminuindo a pobreza.

4.6 Constrangimentos na implementação dos programas

Desde 2002, Angola iniciou um período de reconstrução pós-guerra, através de programas de reabilitação de infra-estruturas e melhoria das condições ao nível da saúde

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

e educação, que visavam criar a base para o desenvolvimento do sector privado e para a competitividade económica.

Não obstante o progresso alcançado e os substanciais montantes de fundos despendidos, o país continua a enfrentar enormes desafios de desemprego, com uma taxa de desemprego estimada superior a 26% e uma incidência da pobreza que afecta cerca de 36% da população, principalmente nas áreas rurais e urbanas do interior do país.

O PIB de Angola, segundo dados fornecidos pelo BNA, reportando-se ao ano de 2015, é composto por diversos sectores, sendo o maioritário o sector petrolífero.

Gráfico n.º 11 — Composição do PIB por sector (actualizar dados de 2015–16 ou o mais próximo de 2017)



Fonte: Relatório Económico de Angola 2015, Universidade Católica de Angola.

Conforme mencionado, atendendo aos dados do Censo Populacional divulgados pelo INE, a cidade de Luanda alberga um pouco menos de um terço da população e nela está concentrada a maioria das actividades industriais, que representam aproximadamente 75% do PIB⁷¹.

Independentemente dos meios e recursos do Estado para promover a melhoria das condições de vida das populações de maneira sustentável, é expectável que o sector privado seja encarado como parceiro, apoiando as suas acções para o desenvolvimento.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Neste sentido e apesar de estarem criadas as condições básicas para a normalização da actividade económica (possibilitando a mobilidade interna, fomentando a actividade comercial e o investimento), a carência de infra-estruturas físicas, designadamente ao nível dos portos e aeroportos, de telecomunicações fixas e redes de electricidade e de recursos humanos, continua a condicionar a evolução da economia angolana.

Por outro lado, o sector informal assume um forte peso na economia e tem um papel decisivo em termos de subsistência das famílias.

Perante este quadro, e dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, o principal desafio consiste no relançamento dos sectores fora da esfera da indústria petrolífera, por forma a aumentar a oferta interna e diversificar as exportações, criando emprego (este sector emprega apenas 1% da população activa) e diminuindo a pobreza.

Nesse sentido, foram aprovados vários programas que abrangem diversas áreas de actividade como a agricultura e o desenvolvimento rural, a pecuária e pescas, a habitação social, a recuperação urbana, as infra-estruturas e a indústria transformadora.

De salientar que, apesar do crescimento verificado no sector não petrolífero ao longo dos últimos anos, a economia se mantém ainda muito dependente do petróleo, principal motor do crescimento, que representa ainda 45% do PIB (em 2008 representava cerca de 60%), capta grande parte do investimento estrangeiro e é responsável por cerca de 98% das exportações e de 80% das receitas fiscais.

Não obstante o elevado crescimento económico de Angola nos últimos 10 anos, o envolvimento do sector privado ainda é incipiente e não consegue gerar postos de trabalho suficientes para retirar a maioria da população da pobreza

CAPÍTULO V — A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA O FORTALECIMENTO DAS MPME EM ANGOLA

O Plano Nacional de Desenvolvimento prevê uma série de programas e medidas de promoção ao empreendedorismo, como se poderá ver adiante:

5.1 Programa de promoção do empreendedorismo

a) Objectivos

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Apoiar o esforço dos agentes económicos na criação de valor para a economia, através da criação de novas empresas ou do desenvolvimento de novas oportunidades de negócio.

b) Medidas de política

- Implementar um Programa de Apoio aos Empreendedores, envolvendo a criação da rede incubadora do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), bem como a expansão do Balcão Único do Empreendedor a todo o território;
- Estruturar e apoiar a entrada em funcionamento da escola do empreendedor;
- Melhorar as condições de produtividade e rendibilidade do tecido empresarial angolano, dotando-o, de forma progressiva, de empresários, gestores e quadros nacionais, qualificados e motivados;
- Introduzir conteúdos de empreendedorismo nos programas curriculares dos diversos níveis de ensino;
- Implementar um programa de reconversão da economia informal, incluindo o programa de apoio ao pequeno negócio e reforço do microcrédito.

5.2 Programa de facilitação do acesso ao crédito

a) Objectivo

Facilitar o acesso dos sectores produtivos do país a financiamento, a custos que permitam a viabilidade económica dos investimentos.

b) Medidas de política

- Operacionalizar um fundo de fomento empresarial;
- Criar um fundo de bonificação de juros para micro, pequenas e médias empresas, um fundo de garantias ao crédito e um fundo de capital de risco para projectos competitivos em fase inicial;
- Institucionalizar uma agência de seguros de crédito orientada para a gestão e controlo do risco de crédito no mercado interno e externo.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

5.3. Programa de apoio às actividades económicas emergentes

a) Objectivo

Apoiar o lançamento de novas actividades económicas de base nacional.

b) Medidas de política

- Definir e adoptar uma política económica estratégica, nomeadamente através da concessão de incentivos fiscais, que estimule a competitividade das empresas nacionais;
- Definir e adoptar uma política comercial estratégica, nomeadamente através da adopção de uma estrutura de quotas máximas por importador, numa perspectiva de defesa da produção interna e de restrição à prática monopolista e da restrição progressiva da importação de produtos pré-embalados, em particular de pequena embalagem, em benefício da importação de produtos a granel, visando acrescentar mais valor no circuito comercial interno;
- Atribuir incentivos através de redução de encargos e isenções fiscais previstos na Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas e na Lei do Investimento Privado;
- Consolidar e rendibilizar a Zona Económica Especial Luanda-Bengo e estudar a viabilidade de novas zonas económicas especiais dotadas de infra-estruturas e baixos custos de operação, em particular junto dos pólos de desenvolvimento do país;
- Apoiar a criação e desenvolvimento de grupos empresariais nacionais competitivos, de forma equilibrada no território nacional;
- Reforçar a capacidade das instituições responsáveis pelo apoio ao investimento e ao desenvolvimento empresarial;
- Implementar um Programa de Incentivo ao Consumo da Produção Nacional;
- Desenvolver e consolidar o sistema nacional de qualidade e segurança industriais, tendo em vista acelerar a normalização.

5.4. Programa de reconversão da economia informal

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

A) Objectivos

- Diminuir o grau de informalidade da economia angolana;
- Contribuir para a segurança dos negócios actualmente praticados no mercado informal;
- Contribuir para o combate à fome e à pobreza;
- Promover o emprego em condições dignas;
- Contribuir para a segurança dos consumidores;
- Contribuir para a melhoria da arrecadação fiscal do Estado;
- Contribuir para o aumento do índice de bancarização do país.

B) Medidas de política

- Criação da personalidade jurídica do microempreendedor individual;
- Revisão/actualização da legislação laboral para acolher os novos integrantes do sector informal;
- Adopção de medidas de carácter organizativo por parte das diversas instâncias governamentais;
- Programa de formação e capacitação para os microempreendedores.

Face ao exposto, estamos em condições de definir o empreendedorismo, uma vez que o mesmo está sobremaneira relacionado com a questão de inovação, onde tem o objectivo de criar algo novo dentro de um sector ou de criar uma nova empresa.

5.5. Conceito e definição de empreendedorismo

CONCEITO

«A palavra empreendedor origina da palavra francesa *entrepreneur*, que, literalmente traduzida, significa aquele que está entre ou intermediário.» (HISRICH, Robert. D., 1986, p. 96)

Empreendedorismo é o processo de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes. É um termo muito usado no âmbito empresarial e muitas vezes está relacionado com a criação de empresas ou produtos novos, normalmente envolvendo inovações e riscos.

Soumodip Sarkar, no seu livro *Empreendedorismo e Inovação*, afirma que hoje em dia a definição mais próxima do conceito empreendedorismo talvez seja a de Joseph

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Schumpeter, ao referir que o empreendedor é aquele que aplica uma inovação no contexto dos negócios.

O conceito económico de inovação introduzido por Joseph Schumpeter indica os cinco tipos de inovação baseados em fontes de «destruição criadora», como vemos a seguir:

- introdução de um novo produto;
- introdução de um novo método de produção;
- abertura de um novo mercado;
- aquisição de uma nova fonte de oferta de materiais;
- criação de uma nova empresa.

No mesmo sentido, Peter Drucker, citado pelo mesmo autor, refere que o empreendedor se deve munir de ferramentas de inovação, quando afirma que: «Inovação é a ferramenta específica dos empreendedores, os meios pelos quais exploram as alterações como uma oportunidade para um negócio ou um serviço diferente [...]. Os empreendedores necessitam de procurar fontes de inovação, as alterações e os sintomas que indicam oportunidades para o sucesso da inovação. E necessitam de saber aplicar os princípios da inovação de sucesso.»

Muhammad Yunus, no seu livro *O Banqueiro dos Pobres*, afirma que «Empreendedor é o termo utilizado para qualificar, ou especificar, principalmente, aquele indivíduo que detém uma forma especial, inovadora, de se dedicar às actividades de organização, administração, execução; principalmente na geração de riquezas, na transformação de conhecimentos e bens em novos produtos — mercadorias ou serviços; gerando um novo método com o seu próprio conhecimento.

O empreendedor é o profissional inovador que modifica, com sua forma de agir, qualquer área do conhecimento humano. Também é utilizado — no cenário económico — para designar o fundador de uma empresa ou entidade, aquele que construiu tudo a duras custas, criando o que ainda não existia»⁷².

Uma das definições aceites hoje em dia, é dada pelo estudioso Robert D. Hisrich, primeiramente apresentada na sua obra *Empreendedorismo*. Segundo aquele, empreendedorismo é o «processo de criar algo diferente e com valor, investindo o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação económica e pessoal».

Adelar Francisco Baggi entende que o empreendedorismo pode ser compreendido como «a arte de fazer acontecer algo com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer sector económico pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento económico diante de questões que precisam de ser resolvidas.⁷³.

Segundo Chiavenato (2007, p. 5), citando Reynolds (1997) e Schumpeter (1934), o empreendedorismo tem origem na reflexão dos pensadores económicos dos séculos XVIII e XIX, conhecidos defensores do liberalismo económico⁷⁴.

Estes pensadores económicos defendiam que a acção da economia era reflectida pelas forças livres do mercado e da concorrência. E o empreendedorismo tem sido visto como um engenho que direcciona a inovação e promove o desenvolvimento económico⁷⁵.

Resumidamente, podemos definir o empreendedor como o termo utilizado para qualificar principalmente o indivíduo que apresenta de uma forma especial e inovadora dedicação às actividades de idealização, organização, administração e execução, das quais resultam a transformação de conhecimentos e criação de novos bens e/ou novos produtos ou serviços.

O empreendedor gera um novo método de produção ou serviço, através do seu próprio conhecimento. É o inovador e modifica com as suas atitudes qualquer área do conhecimento humano ou também o fundador de uma empresa ou entidade que foi construída a partir de uma ideia ou projecto.

Qualquer definição de empreendedorismo deve incluir pelo menos os seguintes aspectos:

- iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz;
- utilização dos recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e económico em que se vive;
- assunção de riscos e aceitação da possibilidade de fracassar (Dornelas, 2007, p. 8).

73 <https://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendedorismo>

74 Apostila de Empreendedorismo, Prof. Walteno Martins Parreira Júnior, disponível em: <http://www.primecursos.com.br/arquivos/uploads/2012/06/57164985-apostila-empendedorismo.pdf>

75 idem

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Ferreira (2009), citando a Instituição Global Entrepreneurship Monitor (GEM), define empreendedorismo como um aspecto da acção humana onde todos os actos individuais de arbítrio são, em vários graus, expressões de atitudes empreendedoras, tais como motivação, inovação, competitividade e aspiração de rápido crescimento, que podem ser sistematicamente e rigorosamente estudadas.

Segundo Silva (2007, p. 6), o empreendedorismo deve ser observado enquanto processo dinâmico que tem inerente a concepção, a percepção e a realização de uma oportunidade de negócio, que tem como pressuposto o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, fazem a transformação de ideias em oportunidades.

Já Dolabela (2009), citado pelo Prof. Walteno Martins Parreira Jr., na sua apostila sobre empreendedorismo, utiliza o termo empreendedorismo em sentido amplo, considerando-o como uma forma de ser e não de fazer. E inclui neste conceito, por exemplo, o empregado-empreendedor também denominado intra-empreendedor, o pesquisador-empreendedor, o empreendedor comunitário e o funcionário público empreendedor. Complementa dizendo que o importante é a maneira de abordar o mundo, qualquer que seja a actividade abraçada.

Peter Drucker, apresenta uma definição para qualificar um empreendedor como um *rerum novarum cupides* (ansioso por coisas novas), o qual está sempre à procura da mudança, reage a ela e a explora como uma oportunidade. Cria valores novos e satisfações novos e diferentes, convertendo um material num recurso ou combinando recursos existentes numa nova e mais produtiva configuração, mesmo que para isso seja preciso recorrer à violação de regras elementares e bem conhecidas (p. 70).

Assim, o empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral das suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas.

Pelo acima exposto, podemos dizer que o empreendedorismo se consubstancia como o principal factor promotor do desenvolvimento económico e social de um país, uma vez que o papel do empreendedor é identificar oportunidades, «agarrá-las» e procurar os recursos para as transformar num negócio lucrativo.

O empreendedor tem como característica básica: o espírito criativo e pesquisador. Está constantemente à procura de novos caminhos e de novas soluções, sempre tendo em

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

vista as necessidades das pessoas. A essência do empresário de sucesso é a busca de novos negócios e oportunidades, além da preocupação com a melhoria do produto.

Mario Manhães Mosso volta à definição original de empreendedor do grego, mostrando que o empreendedorismo tem mais hipóteses de sucesso através do empresariarismo, quer dizer, não basta o gosto de assumir riscos, é importante um comportamento de empresário, que organiza, planeia e estuda profundamente o assunto para ter uma actividade com sucesso consistente. Por isso, distingue empreendedorismo de empresariarismo e afirma que a mistura é mais saudável e promissora.

Em termos gerais, o GEM 2016–2017 define empreendedorismo como «qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecidos».

Para o economista, um empreendedor é aquele que combina recursos, trabalho; também é aquele que introduz mudanças, inovações e uma nova ordem. Para um psicólogo, tal pessoa é geralmente impulsionada por certas forças — a necessidade de obter ou conseguir algo, de experimentar, de realizar ou talvez de escapar à autoridade dos outros. Para alguns homens de negócios, um empreendedor pode ser um aliado, uma fonte de suprimento, um cliente ou alguém que cria riqueza para outros, assim como encontra melhores maneiras de utilizar recursos, reduzir desperdício e produzir empregos que outros ficarão satisfeitos em conseguir. (VESPER, 1975, p. 2) materiais e outros activos para tornar o seu valor maior do que antes.

O empreendedorismo é o processo dinâmico de criar mais riqueza. A riqueza é criada por indivíduos que assumem os principais riscos em termos de património, tempo e/ou comprometimento com a carreira ou que oferecem valor a algum produto ou serviço que pode não ser novo ou único, mas em que esse valor deve de algum modo ser infundido pelo empreendedor ao receber e localizar as capacidades e os recursos necessários. (RONSTADT, 1984, p.28.).

Podemos dizer que o empreendedorismo evolui de acordo com as necessidades económicas de cada época e em cada país e que teve sempre por finalidade o suprimento de carências do mercado, tanto na prestação de serviços quanto na concepção de novas ideias e produtos, criando assim uma associação com a definição que actualmente norteia, diferencia e destaca o empreendedorismo, a busca constante da

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

inovação, o que torna cada empreendedor uma espécie de revolucionário em algum nível da sua sociedade.

Ao tratar do empreendedorismo em Angola, tornou-se necessário um suporte técnico e financeiro aos micro, pequenos e médios empreendedores, para que os mesmos possam, além de pôr em prática suas criações, entender todos os processos legais e administrativos, além de atentarem à importância de fazer planeamentos em todos os níveis do negócio a médio e longo prazo, evitando assim a morte prematura de empreendimentos que surgiram em potencial, de boas ideias.

5.6. A importância do empreendedorismo para o desenvolvimento económico das sociedades

Os economistas percebem que o empreendedor é essencial ao processo de desenvolvimento económico e nos seus modelos estão a ter em conta os sistemas de valores da sociedade, em que são fundamentais os comportamentos individuais dos seus integrantes. Em outras palavras, não haverá desenvolvimento económico sem que na sua base existam líderes empreendedores⁷⁶.

O bom empreendedor, ao acrescentar valor a produtos e serviços, está permanentemente preocupado com a gestão de recursos e com os conceitos de eficiência e eficácia. Drucker (1998) não vê os empreendedores como agentes que causam mudanças, mas vê como que exploram as oportunidades que as mudanças criam (na tecnologia, na preferência dos consumidores, nas normas sociais, etc.)⁷⁷.

Este aspecto define empreendedor e empreendedorismo: o empreendedor busca a mudança e responde e explora a mudança como uma oportunidade.

«O papel do empreendedorismo no desenvolvimento económico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda *per capita*; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade.» (Hisrich & Peter, 2004, p. 33)⁷⁸

O empreendedorismo, em todos os seus aspectos, vem assumindo lugar de destaque nas políticas económicas dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento⁷⁹.

76 *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, 1(1): 25-38, 2014 — ISSN 2359-3539.

77 *Idem.*

78 *Idem.*

79 *Idem.*

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Em resumo, a importância do empreendedorismo para a sociedade resume-se ao seguinte:

O empreendedor é o responsável pelo crescimento económico e pelo desenvolvimento social. Por meio da inovação, dinamiza a economia.

O conceito de empreendedorismo trata não só de indivíduos, mas de comunidades, cidades, regiões e países. Implica a ideia de sustentabilidade.

O empreendedorismo é a melhor arma contra o desemprego.

Segundo Timmons (1994), «o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX»⁸⁰.

5.7. Atitudes e percepções da população angolana sobre o empreendedorismo segundo o GEM 2016–2017

O empreendedorismo encontra-se actualmente no centro da política económica e industrial de Angola, contribuindo para a criação de uma cultura empresarial dinâmica e versátil, onde as empresas procuram progredir dentro do ambiente económico global e promovendo a criação de emprego.

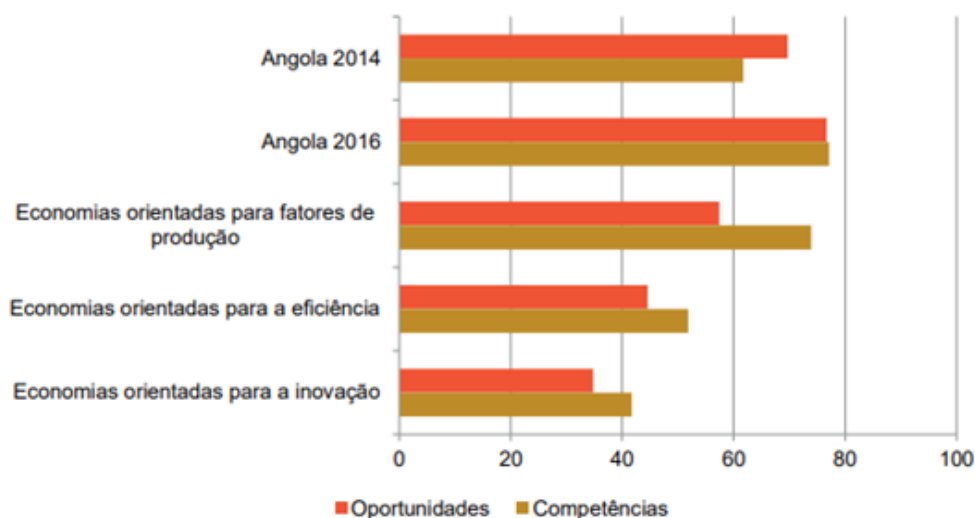
Em 2016, 77,1% da população angolana adulta considerou possuir as competências e/ou conhecimentos necessários para criar um negócio. Em relação ao ano de 2014, verificou-se um aumento de 10 pontos percentuais, reflectindo uma expansão ao nível deste indicador específico de atitude empreendedora em Angola.

No que diz respeito às percepções pessoais sobre oportunidades para iniciar um negócio a curto prazo, em 2016 os angolanos mantiveram um optimismo elevado no que toca a esta dimensão. Com efeito, 76,6% dos adultos entre os 18 e os 64 anos consideraram que essas oportunidades surgirão na sua área de residência. Este valor representa uma subida de 7 pontos percentuais em relação ao valor registado no ano de 2014 (69,7%). A convicção dos angolanos sobre este facto é superior à verificada nas restantes economias orientadas para os factores de produção, relativamente ao surgimento de oportunidades de criação de negócios na sua área de residência. Nas restantes economias orientadas para os factores de produção, apenas 54,7% dos indivíduos afirmaram acreditar na existência de oportunidades de criação de negócios na sua área de residência a curto prazo.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Em 2016, cerca de 20,6 % dos angolanos tinham intenções de criar um negócio nos seis meses seguintes à sondagem, sendo que o receio de falhar constitui um factor desmobilizador para a iniciação de um negócio empreendedor.

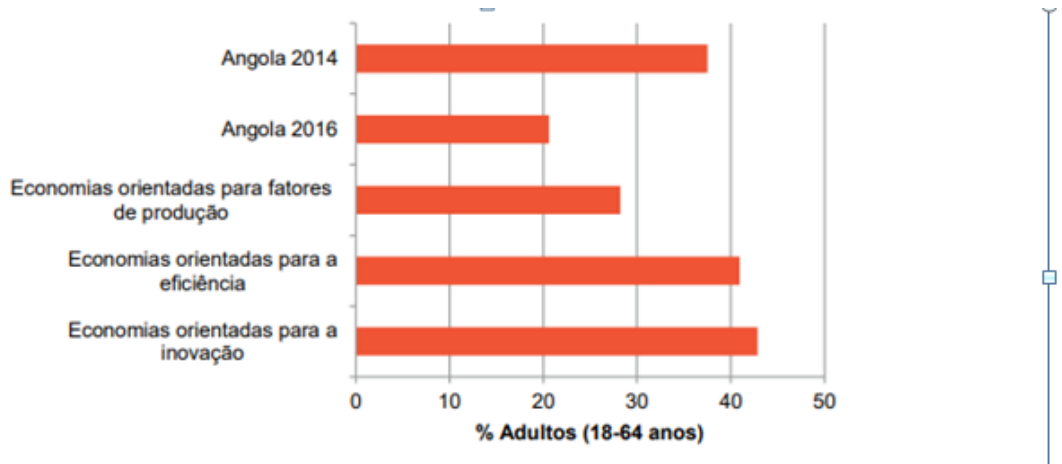
Gráfico n.º 12 — Proporção da população adulta angolana que considera possuir competências



Fonte: GEM 2016–2017.

Gráfico n.º 13 — Receio de insucesso no empreendedorismo em Angola em 2014 e 2016

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola



Fonte: GEM 2016–2017.

Esta proporção decresceu ligeiramente em relação a 2014, cuja percentagem foi de 47,0%. Ainda assim, encontrava-se alinhada com a registada na média das economias orientadas por factores de produção — 43,2% — e era significativamente superior à verificada na média das economias orientadas para a eficiência e para a inovação, que, em 2014, registaram, respectivamente, os valores médios de 25,1% e 14,8%.

Sendo certo que o receio de falhar afecta todo negócio, 37,5% dos angolanos declararam que o medo de falhar os impediria de iniciar um negócio. Esta proporção diminuiu em relação a 2013, ano em que era de 42,1%, e é superior à registada na média das economias orientadas por factores de produção, na ordem dos 32,3%, e para a eficiência — 35,4%.

A imagem social do empreendedorismo em Angola foi avaliada de forma muito positiva, tendo em conta que 75,1% dos angolanos consideraram que iniciar uma empresa é uma opção de carreira profissional atractiva e que 81,7% referiram que os empreendedores de sucesso têm um elevado estatuto e respeito social.

5.8. Condições estruturais para o empreendedorismo em Angola

No âmbito do estudo GEM2 2016–2017, foca-se um conjunto de condições estruturais para a análise dos elementos que fomentam ou, pelo contrário, impedem o desenvolvimento da actividade empreendedora. A principal fonte de informação utilizada para avaliar estas condições estruturais é a sondagem a especialistas nacionais.

No âmbito do GEM 2016–17 Angola, a sondagem dos especialistas teve como principal objectivo avaliar as Condições Estruturais do Empreendedorismo (CEE), tomando por referência dez dimensões centrais:

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

- apoio financeiro;
- políticas governamentais;
- programas governamentais;
- educação e formação;
- transferência de investigação e desenvolvimento (I&D);
- infra-estruturas de comércio e serviços;
- abertura do mercado;
- acesso a infra-estruturas físicas;
- normas culturais e sociais;
- empreendedorismo sénior.

- **Apoio financeiro**

A CEE relativa ao apoio financeiro contempla o nível de acessibilidade a fontes de financiamento para empresas novas em crescimento, incluindo financiamentos privados e subsídios governamentais, segundo o gráfico abaixo.

A dinâmica do mercado e as situações de ordem conjuntural impõem mudanças comportamentais individuais fundamentais aos elementos da sociedade angolana, para que assim possa haver um desenvolvimento económico sustentável.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

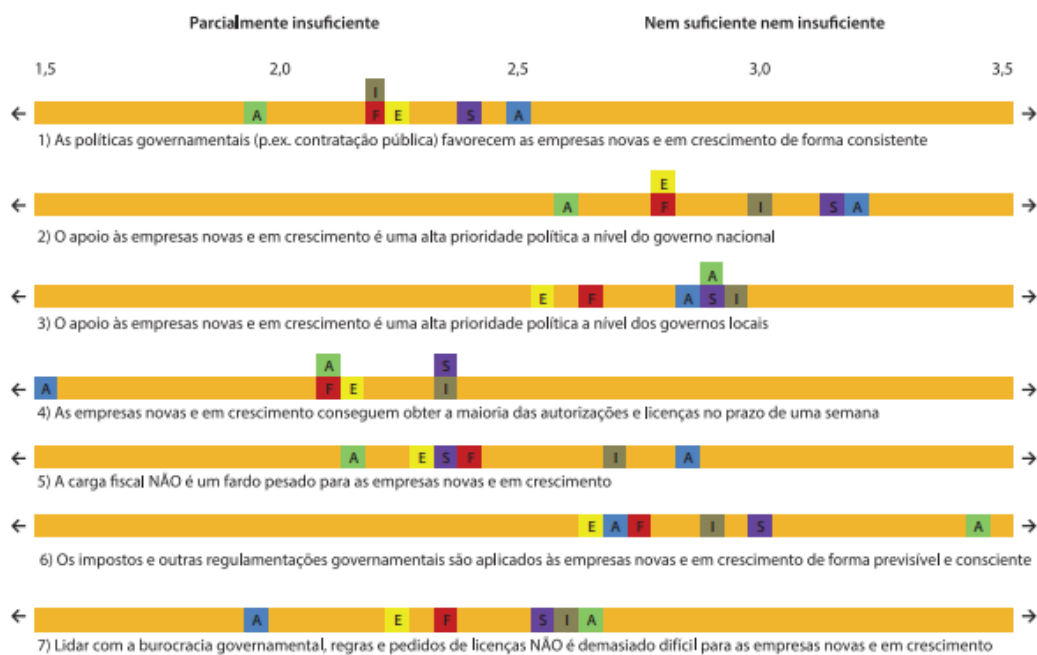
financiamento de privados, além dos fundadores, suficiente para empresas novas e em crescimento, que permanece em terreno positivo. Os especialistas angolanos, em 2014, foram mais generosos a classificar estes factores do que a média dos seus congéneres nos três tipos de economias considerados. Globalmente, as economias orientadas para a inovação com apoio financeiro são avaliadas de forma mais positiva pelos especialistas nacionais, cujo resultado médio é de 2,75, seguidas das economias orientadas por factores de produção e das economias orientadas para a eficiência, cujo resultado médio é de 2,46 e 2,43, respectivamente.

O resultado global de Angola para esta CEE encontra-se, deste modo, alinhado com as economias orientadas por factores de produção e para a eficiência.

• Políticas governamentais

Esta condição estrutural indica o grau em que as políticas governamentais relativas a impostos e regulamentações, bem como a respectiva aplicação, são neutras, nomeadamente no que diz respeito à dimensão das empresas, e/ou se estas políticas incentivam ou desincentivam empresas novas e em crescimento. Os resultados são apresentados no gráfico.

Gráfico n.º 15 — Financiamento privado e subsídios governamentais II



A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola



Figura 16: CEE Políticas governamentais.

Fonte: GEM Angola 2014.

A CEE relativa aos programas governamentais atinge um resultado médio de 3,57, sendo por isso considerada parcialmente suficiente pelos especialistas angolanos em 2014. Este valor representa uma melhoria considerável em relação a 2013, ano em que o valor médio desta CEE foi de 2,25. O factor que registou uma maior evolução positiva diz respeito ao apoio efectivo às empresas novas e em crescimento dado pelos parques tecnológicos e pelas incubadoras de empresas, verificando-se um aumento de 1,8 no resultado médio registado para este factor, quando analisado comparativamente com os valores de 2,07 em 2013 *versus* 3,87 em 2014. Em consonância com as considerações tecidas para a CEE anterior, é possível concluir, igualmente, que a opinião dos especialistas tende a ser mais favorável à medida que se avança no grau de desenvolvimento das economias.

Ainda segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento⁸¹, enuncia-se que «o investimento público continuará a desempenhar um papel relevante no esforço do crescimento económico, funcionando como alavanca, enquanto o sector privado será o motor. Durante a execução do Plano será estimulado o desenvolvimento do sector privado e empresarial angolano. E é no contexto desta política que se continuará a motivar o surgimento de um número crescente de micro, pequenas e médias empresas, bem como a consolidação dos grandes agentes empresariais».

81 Cit. Plano Nacional de Desenvolvimento, Capítulo X, sobre Política de Promoção do Crescimento Económico, do Aumento do Emprego e de Diversificação Económica, p. 62, ponto 85. Os dados acima foram inseridos como indicadores, uma vez que, desde 2014, este programa deixou de ter viabilidade.

AVALIAÇÃO GERAL DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO EMPREENDEDORISMO SEGUNDO O GEM 2016–2017.

à semelhança do que foi feito em todos os países participantes do GEM 2016–2017, foi pedido aos especialistas nacionais que indicassem a sua opinião sobre a veracidade de adequação de cada CEE no país.

Nas figuras 15 e 16, são apresentados os resultados médios obtidos para cada CEE em Angola, nos restantes países da África Subsariana (Burkina Faso, Camarões, Senegal e África do Sul) e nas restantes economias orientadas por factores de produção em 2016.

O resultado da sondagem realizada aos especialistas nacionais realça pontos principais relativos às condições estruturais mais e menos favoráveis à actividade empreendedora em Angola.

Condições estruturais mais favoráveis.

1. A condição estrutural «Empreendedorismo sénior» foi a que obteve a apreciação mais positiva por parte dos especialistas nacionais (5,5), sendo que os mesmos consideram que existem condições favoráveis para as pessoas de mais de 50 anos desenvolverem uma actividade empreendedora.
2. A condição estrutural que registou a segunda apreciação mais favorável, por parte dos especialistas angolanos, foi a condição «Normas sociais e culturais», tendo obtido uma classificação média de 4,9.
3. O terceiro lugar na classificação da condição estrutural mais favorável foi atribuído à «Infra-estrutura comercial e de serviços», com 3,8.

Neste contexto, os especialistas nacionais consideram que a oferta existente em Angola relativamente a serviços comerciais e de contabilidade e outros serviços jurídicos e institucionais se afigura como um factor facilitador da actividade empreendedora em Angola.

Condições estruturais menos favoráveis

1. «Apoio financeiro» foi a que obteve a apreciação menos favorável (3), uma vez que o nível de acessibilidade a fontes de financiamento para empresas novas e em crescimento é considerado como um obstáculo à actividade empreendedora em Angola.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

2. «Transferência de Investigação e Desenvolvimento (I&D)» encontra-se igualmente entre as condições estruturais que reúnem uma apreciação menos favorável (3,1). Deste modo, os especialistas angolanos consideram que o I&D na criação de novas oportunidades de negócio ainda é reduzido, sendo este o factor que não potencia o desenvolvimento da actividade empreendedora dos angolanos.
3. A condição estrutural «Abertura do Mercado» encontra-se entre as condições estruturais que reúnem uma apreciação média menos favorável (3,5). Os especialistas sondados consideram que os acordos e procedimentos comerciais em vigor prejudicam as empresas novas e em crescimento em matéria de concorrência.

CAPÍTULO VI — IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO E A NECESSIDADE DE DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA

Segundo estudos recentes, a aposta na diversificação da economia deverá conceder a primazia às actividades com maior potencial de crescimento e de criação de emprego⁸².

Tendo em conta a posição geográfica de Angola, o clima favorável, a aptidão dos solos e a riqueza dos recursos piscícolas, a agricultura, silvicultura, pecuária e pescas poderão vir a ser considerados sectores estratégicos. Ainda tendo em conta as respectivas relações de *input-output*, as agro-indústrias, os materiais de construção e o comércio em geral tenderão a crescer rapidamente, reduzindo a actual excessiva dependência das importações.

De entre as inúmeras medidas, podemos destacar as seguintes:

- **SUBSTITUIÇÃO DO PETRÓLEO COMO FONTE PRINCIPAL DE RECEITA**

Toda a estratégia para fazer face à presente crise deverá ter como pressuposto a substituição do petróleo como principal fonte de receita de Angola. Assim, há que desenvolver estrategicamente as seguintes acções:

- a) aumentar a curto prazo a produção e o controlo dos produtos exportáveis de modo a gerar divisas para o país;
- b) aumentar a produção interna, sobretudo dos produtos da cesta básica e de outros produtos essenciais para o consumo interno e para a exportação.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- **ENDIVIDAMENTO PÚBLICO PARA O RELANÇAMENTO DA ECONOMIA**

O endividamento público deverá servir três objectivos:

- a) financiamento das despesas correntes para assegurar a previsibilidade da execução do OGE;
- b) financiamento da despesa de capital;
- c) repasse ao sector privado;

- **INVESTIMENTO PÚBLICO**

Nas circunstâncias actuais, os investimentos públicos deverão concentrar-se cada vez mais nos projectos estruturantes provedores de bens públicos e promotores da diversificação da economia, sobretudo daqueles que contribuem para a viabilização e aumento da produtividade dos investimentos privados.

- **INVESTIMENTO PRIVADO**

Deverão utilizar-se os saldos de linhas de crédito existentes, estimados em 5,47 mil milhões de dólares dos Estados Unidos da América, antes contraídas para fins públicos, para financiar projectos privados de elevada rentabilidade e que sejam promotores da diversificação da produção e das exportações. Este exercício pode ser feito por via de:

- a) endividamento directo, mediante contratação de recursos por conta do Tesouro Nacional, transferidos em seguida para a Banca de Desenvolvimento por via da modalidade *on-lending*;
- b) endividamento indirecto, mediante prestação de garantias soberanas para projectos privados;
- c) aporte de recursos a fundos de promoção ao investimento, mediante operações de capitalização, com recursos de tesouraria a serem mobilizados de facilidades de crédito;
- d) exploração da possibilidade de conversão das facilidades de crédito à exportação existentes em empréstimos financeiros e procura de financiamento adicional para suporte à economia;

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- e) criação de Fundos de Investimento capazes de captar poupança nacional, sobretudo de cidadãos nacionais com poupanças sediadas em instituições financeiras localizadas fora do país.

- **EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DOS INVESTIMENTOS PRIVADOS**

Para garantir a eficiência e eficácia dos investimentos privados, há que assegurar o seguinte:

- a) que os investimentos privados, quer sejam nacionais ou estrangeiros, não sejam feitos de modo desgarrado, difuso e casuístico;
- b) os investimentos devem ser feitos na base de Programas Dirigidos a serem definidos pelo Executivo, com vista a aumentar a produção interna para o aumento das exportações a curto prazo e o aumento dos produtos da cesta básica e outros produtos essenciais para o consumo interno e para as exportações;
- c) os Programas Dirigidos visam o aumento rápido da produção nacional e das exportações de determinados produtos, evitam desperdícios de factores de produção e permitem ganhos de economias de escala;
- d) os investimentos públicos em infra-estruturas (energia, água, acessos, canais de irrigação, etc.) devem preferencialmente ser concebidos e estruturados para satisfazer as necessidades destes Programas Dirigidos;
- e) para garantir a rapidez de resultados, há que seleccionar os parceiros internacionais mais adequados para cooperarem com os empresários nacionais no desenvolvimento dos Programas Dirigidos, ensaiando sempre que possível os contratos de partilha de produção utilizados no sector dos petróleos;
- f) aos parceiros estrangeiros nesta cooperação devem ser asseguradas facilidades migratórias apropriadas;
- g) os Programas Dirigidos devem conter a visão do que se pretende alcançar, os grandes objectivos e metas, as acções a serem desenvolvidas e os meios necessários que devem ser mobilizados para a sua concretização.

- **PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES A CURTO PRAZO**

- **IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTÁVEIS A CURTO PRAZO**

Presentemente, o país tem potencial para exportar os seguintes produtos:

- rochas ornamentais;

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- cimento e outros materiais de construção;
- café;
- mel;
- produtos da pesca (peixe, marisco e crustáceos) e derivados (farinha e óleo de peixe);
- madeiras;
- minério de ferro;
- bebidas alcoólicas e não alcoólicas;
- leguminosas oleaginosas;
- hortícolas e tubérculos;
- sal iodizado;
- serviços (transportes e telecomunicações).

- **PROGRAMAÇÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA**
- **NOVO CICLO ECONÓMICO DE ESTABILIDADE NÃO DEPENDENTE DO PETRÓLEO**
- **AUMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA NÃO PETROLÍFERA**
- **RACIONALIZAÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**
- **AUMENTO DA PRODUÇÃO INTERNA**

É de frisar que a produção interna deve ser orientada, essencialmente, para o aumento das exportações não petrolíferas, para a substituição das importações de bens da cesta básica e para a produção de outros produtos essenciais quer para o consumo interno quer para as exportações.

- **AUMENTO DA PRODUÇÃO PARA A CESTA BÁSICA E OUTROS PRODUTOS**

Angola, sendo um país importador de matérias-primas, equipamentos, bens de consumo corrente e serviços, tem observado grandes dificuldades de importação destes bens, na sequência da queda das receitas cambiais.

A importação dos produtos da cesta básica aumentou cerca de 90% em 2014 e reduziu 3% em 2015. Os produtos que mais concorreram para o aumento observado em 2014 foram: leite em pó (100%), arroz (96%) e açúcar (96%).

Uma vez que a cesta básica contém os produtos de amplo consumo das populações, torna-se necessário implementar medidas concretas para acelerar a produção destes bens localmente, com vista à substituição selectiva das importações.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Neste sentido, no âmbito do aumento da produção interna, deve fazer-se crescer, a um ritmo acelerado, a produção nacional de produtos da cesta básica e de outros produtos, com o compromisso explícito de se atingir a auto-suficiência do consumo nacional e aumento das exportações em prazos a determinar para cada um dos produtos seleccionados.

Apresentam-se de seguida os produtos e serviços aos quais se deve prestar a maior atenção:

Agricultura e silvicultura: madeira e seus derivados, café, sementes (milho, soja e batata), milho, soja, feijão, mandioca, arroz, batata, hortaliças, cevada, legumes, frangos e ovos frescos, algodão, cana-de-açúcar, caprinos, ovinos, suínos, moringueiras e palmares;

Indústria alimentar: fuba de bombó e de milho, água mineral e de mesa, cerveja, refrigerantes, sal iodizado, farinha de milho, sabão, farinha de trigo, óleo alimentar, óleo de palma, massas alimentares, malte e açúcar;

Restante indústria transformadora: cimento, madeira, plásticos, vidro, têxteis, material e equipamento escolar, materiais de construção;

Serviços: seguros e resseguros, serviços dentro da cadeia petrolífera. Para estes produtos, devem ser definidos os respectivos Programas Dirigidos, como abordado.

Para a implementação do aumento da produção interna e das exportações, será necessário assegurar a existência das seguintes condições transversais:

- No domínio da energia e águas:
 - Facilitar a ligação de energia eléctrica às indústrias e produtores agrícolas instalados;
 - Promover a implementação de projectos de geração de energia eléctrica de fontes renováveis e gás.
- No domínio dos transportes e construção:
 - Garantir a manutenção e continuidade do processo de reabilitação das estradas nacionais;
 - Reabilitar e ou construir vias de acesso às áreas com concentração de produção relevante;
 - Dinamizar o processo de transportação de mercadorias pelos caminhos-de-ferro com custos reduzidos;

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- Acelerar a implementação das plataformas logísticas.
- No domínio da comercialização:
 - Inserir operadores privados, com reconhecida competência, na cadeia logística da produção agrícola;
 - Operacionalizar os centros de logística ao nível das províncias (CLOD) e municípios.
- No domínio da captação de investimento estrangeiro:
 - Ratificar os Acordos de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos pendentes e assinar outros novos;
 - Divulgar amplamente os Programas Dirigidos para a promoção de exportações e de aumento da produção interna, em particular dos produtos da cesta básica;
 - Definir o paradigma e implementar Acordos para evitar a Dupla Tributação;
 - Facilitar o acesso a terrenos infra-estruturados, ou não, para os promotores e investidores externos;
 - Estabelecer mecanismos de qualidade e de ampla difusão para a comunicação das potencialidades e de «como fazer negócios» em Angola e da nova Lei do Investimento Privado;
 - Facilitar a obtenção de vistos;
 - Facilitar e estimular parcerias entre investidores privados estrangeiros e nacionais.
- No domínio do capital humano:

A melhoria da qualidade do capital humano abrevia o processo de redução dos custos de operação em Angola, que se deverão traduzir em maior competitividade, devendo esta formação e capacitação dos quadros nacionais estar alinhada com as orientações do Programa Nacional de Formação de Quadros e necessidades do mercado de trabalho, através da oferta de formação vocacional orientada para os Programas Dirigidos definidos.
- No domínio da melhoria do ambiente de negócios e da melhoria da posição de Angola nos *rankings* internacionais de competitividade: é prioritária a actuação nas áreas de i) registo de propriedade; ii) execução de contratos; iii) acesso à electricidade; iv) facilidade no comércio externo; v) resolução de insolvência, e; vi) alvará de construção.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Entre 2003 e 2008, a taxa média de crescimento económico situou-se em 14,8% ao ano, posicionando Angola no topo dos países com maior crescimento a nível mundial.

Em 2012, o aumento em 4,3% na produção petrolífera angolana foi de 1,66 milhões de barris por dia para 1,73 milhões de barris por dia, o que contribuiu decisivamente para impulsionar a actividade económica, bem como para um forte desenvolvimento do sector não petrolífero, fixando o crescimento do PIB em 8%.

De acordo com projecções do Departamento de Energia dos Estados Unidos da América, aquele país espera produzir mais de 3 milhões de barris por dia de novo petróleo não convencional. Esse contexto de um choque de oferta, queda dos preços do petróleo e manutenção em níveis mais baixos, pode colocar as economias dos países ainda muito dependentes das receitas petrolíferas, como o Cazaquistão e a Rússia na EurAsEC, a Colômbia, o México e a Venezuela, na América Latina, o Irão, o Iraque e a Arábia Saudita, no Médio Oriente, a Nigéria e Angola, em África, sob grande stress.

Assim, a revolução energética norte-americana reforça a necessidade de diversificação da economia angolana do petróleo para os sectores produtivos, quer no sector primário — agricultura, pecuária, agro-indústria, biocombustíveis e pesca — quer no sector secundário — indústria transformadora e extractiva.

A economia angolana encontra-se assim numa fase de transição no seu processo de desenvolvimento, de *factor driven*, muito dependente da exportação de petróleo em bruto, para *efficiency driven*, orientada para o crescimento e diversificação dos sectores de produção interna não ligados à actividade petrolífera.

A exploração dos recursos naturais, sobretudo do petróleo e, mais recentemente, do gás natural e das demais reservas minerais ainda por explorar, continuará a ser, a médio prazo, o principal motor do desenvolvimento da economia angolana.

Progressivamente, com a diversificação e densificação dos sectores produtivos não petrolíferos, a economia angolana caminhará para a fase *efficiency driven*, desejavelmente ancorando a subida do salário médio, actualmente no limiar da pobreza, ao incremento da produtividade desses sectores.

A redução das desigualdades e a criação de uma classe média auto-sustentável são condições necessárias para a dinamização do mercado interno, propiciando uma base de consumo que seja motor de reindustrialização do país.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Ao nível da inflação, a evolução tem sido considerável. O país regressou a uma trajectória de sólido crescimento económico. A inflação fixou-se num só dígito, as reservas internacionais de petróleo atingiram os USD 33 mil milhões de dólares dos Estados Unidos da América no final de Dezembro de 2013, o suficiente para cobrir mais de 7 meses de importações, e a taxa de câmbio nominal entrou numa fase de relativa estabilização.

O relatório do Fundo Monetário Internacional — FMI —, de 2014⁸³, assinala que Angola melhorou a qualidade das suas políticas públicas, em geral, e, em particular, das suas políticas orçamentais e monetárias, no decurso do Stand-Buy Arrangement que vigorou entre 2009 e 2012.

Nos anos subsequentes, espera-se que o crescimento do PIB comece a ter uma forte contribuição do sector não petrolífero, que deverá continuar a crescer, em termos reais, em torno ou acima de 7% ao ano.

Para concluir, podemos dizer que, apesar de estarem criadas as condições básicas para a normalização da actividade económica, possibilitando a mobilidade interna e fomentando a actividade comercial e o investimento, a carência de infra-estruturas físicas, designadamente ao nível dos portos e aeroportos, de telecomunicações fixas e de redes de electricidade, bem como de recursos humanos, continua a condicionar a evolução da economia angolana.

Por outro lado, o sector informal assume um forte peso na economia e tem um papel decisivo em termos de subsistência das famílias.

Perante este quadro, e dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, o principal desafio para as autoridades angolanas consiste no relançamento dos sectores fora da esfera da indústria petrolífera, por forma a aumentar a oferta interna e diversificar as exportações, criando emprego e diminuindo a pobreza.

De salientar que os sectores que, a médio prazo, se espera que venham a contribuir mais activamente para a diversificação económica são a agricultura e a agro-indústria, a indústria relacionada com o sector da produção de bebidas, a pecuária e as pescas, a indústria ligeira associada à construção e à indústria petrolífera e o turismo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

Uma vez que as pequenas empresas têm problemas em se desenvolverem e afirmarem por causa do próprio circuito comercial, que não é suficientemente ágil para permitir a sua sobrevivência, penso que deveria existir facilidade no acesso ao crédito e com juros bonificados, formação do empresário e qualificação dos recursos humanos, visto que influenciam o desenvolvimento económico de um país ou Estado.

Por outro lado, as MPME deveriam capacitar-se do modo como estão inseridas no conjunto da economia e por isso mesmo dimensionar as suas expectativas de acordo com a realidade económica do país, uma vez que por vezes são confrontadas com a concorrência das grandes empresas. Por exemplo, a nível do pequeno e médio comércio, surge o problema das grandes superfícies, onde de certa forma as grandes empresas matam as pequenas no domínio comercial e a única forma de as pequenas e médias empresas sobreviverem é criarem políticas de atractividade, onde as empresas comerciais de proximidade devem criar alguma coisa que as torne mais apelativas.

Angola é um país cujos potenciais recursos e posição geográfica o podem transformar num parceiro-chave na região e levar a desempenhar um papel preponderante na promoção de complementaridades entre os países da CEEAC e da SADC.

Para que Angola tenha um desenvolvimento sustentável e inclusivo, é necessário que haja uma mudança de abordagem e uma mudança de cultura que tem sido característica dos órgãos do Estado, com a aceitação dos desafios estratégicos identificados pelos vários actores sociais.

Na sequência das reflexões analíticas, as recomendações abaixo são essenciais para a promoção do desenvolvimento do sector privado e o seu papel no alcance dos objectivos do Milénio.

Os investimentos privados nacionais e internacionais são cruciais para a promoção do sector privado.

Recomenda-se vivamente a criação de um conselho nacional para o diálogo público privado com vista a melhor coordenar as acções dos vários actores sociais envolvidos no apoio ao sector privado.

A presença de representantes do sector privado nos conselhos de administração de entidades como as gestoras públicas do investimento externo, INAPEM e CCIA, e a criação de estruturas de supervisão aos níveis central e provincial assegurarão uma melhor concepção de programas e os ajustamentos necessários.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

A disponibilidade da mão-de-obra qualificada para monitorizar o desenvolvimento do sector privado e o sucesso dos programas de investimento públicos são de importância primordial.

A aceleração da reforma do sistema tributário é igualmente importante para estar em harmonia com as áreas económicas da CEEAC e SADC.

Recomenda-se vivamente o aprofundamento da reforma do sistema judicial, o estabelecimento de tribunais comerciais, a resolução de diferendos e a cooperação com a referente aos direitos comerciais.

A disponibilização de informação de qualidade fiável por várias instituições do Estado é sobremaneira importante para que os académicos, os estudantes, os analistas, os jornalistas e os empreendedores possam adoptar decisões informadas e melhor contribuir para os vários debates sobre o desenvolvimento.

Estas várias recomendações estão em conformidade com os objectivos do país relativos à diversificação económica, à melhoria do ambiente de negócios, à competitividade e ao desenvolvimento do sector privado, à promoção da mão-de-obra qualificada, à criação de empregos e à distribuição de receitas, que, no seu corolário, terão impacto no bem-estar da população e contribuirão para o alcance dos objectivos do desenvolvimento do milénio⁸⁴.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

BIBLIOGRAFIA

A Responsabilidade Social das MPME, IX Simpósio de Excelência em Gestão de Tecnologia, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento económico, 2006, disponível no site: <https://pt.scribd.com/doc/45177047/Conceito-Historico-de-Desenvolvimento-Economico-Luiz-Carlos-Bresser-Pereira>.

CHALMIN, P. e EL ALAOUI, A. *Matières, premières et commodités*. Ed. Económica, 1990.

CARNEIRO, Emmanuel. escritos publicados no site <http://abemdanacao.blogs.sapo.pt/768350.html>

CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 2.ª ed. rev. e actualizada. — São Paulo: Saraiva, 2007.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo Corporativo — Como ser empreendedor, inovar, se diferenciar na sua empresa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, 4.ª ed.

DOBADELA, Fernandes. *O Segredo de Luísa*. Livro digital.

DRUCKER, P. *Innovation and Entrepreneurship*. Nova Iorque: Harper and Row, 1985.

DRUCKER, P. (1993), *Innovation and Entrepreneurship*. Collins, 1.ª ed.

Drucker, P. F. (1998). *Inovação e Espírito Empreendedor: práticas e princípios*. São Paulo: Pioneira.

Enciclopédia Polis.

ESSUVI, Herculano Edson. *A Importância das MPME na Sociedade*.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico*. São Paulo: Editora Nacional, São Paulo, Brasil, 1971.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Económico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

DOBADELA, Fernando. 2009: *A Definição do Empreendedorismo de Sucesso*.

FONTOURA, Maria Paula, e VALÉRIO, Nuno. A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese, disponível no site: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378499Z0nPY8gw2Ur97QN4>.

FRANCISCO, Carlos. *Empreendedorismo — Micro, Pequenas e Médias Empresas*. 2013.

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de Angola

- FRANCISCO BAGGIO, Adelar e KNEBEL BAGGIO, Daniel. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*. 1(1): 25–38, 2014 — ISSN 2359–3539.
- Internacionalização da Economia Angolana*, Estudos do Banco BIC, 1.^a ed. Agosto 2013.
- GONÇALVEZ, Jonuel. *A Economia ao Longo da História de Angola*. Mayamba Editora, 2011.
- GHOSHAL, S.; BARLETT, C. MORAN P. (2000) Um novo manifesto para a gestão. *Revista Portuguesa de Gestão*, Inverno, Lisboa, 2000.
- GEM BRASIL, 2009.
- GEM ANGOLA, 2010, 2012 e 2014.
- GEM ANGOLA, 2016–2017.
- MOSSO, Mário Manhães. *Pequena Empresa e Empreendedorismo — Eternamente Fênix*. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2010, p. 246.
- OLIVEIRA, António Gonçalves De; OLIVEIRA, Gilson Batista. Um estudo sobre a contribuição das micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda brasileira. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 9, n.º 1, p. 95–105, 2006.
- HISRICH, R. D., e PETER, M. P. (2004). *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman.
- SANTOS, Elenice Roginski. Responsabilidade social ou filantropia? *Revista FAE Business*, Curitiba, n.º 9, p. 32–34, 2004.
- SARKAR, Soumodip, *Empreendedorismo e Inovação*, Escolar Editora, 2008, 2010, 2011, 2014.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, de Plácido E. *Noções Práticas de Direito Comercial*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- RELA, José Manurel Zenha. *Angola. O Futuro já Começou*. Editorial Nzila, 2003.
- Relatório Angola Update*, 2013.
- Relatório da SODEPAC sobre o mercado de trabalho e as implicações para o desenvolvimento económico*.
- Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, 1(1): 25–38, 2014 — ISSN 2359–3539.
- RONSTADT, Robert C. *Entrepreneurship*. 1984, p. 28

A importância das MPME para o desenvolvimento económico-social de angola

TIMMONS, J. A. (1994). *New Venture Creation: Entrepreneurship for the 21st Century*. Chicago, IL: Irwin, 4.^a ed.

THERSMAR e THOENING. «Creative Destruction and Firm Organization Choice» November. *The Quarterly Journal of Economic* 2000, pp. 1201–1237.

VESPER, Karl. *New Venture Estrategies*. 1975, p. 2.

YUNUS, Muhammad. *O Banheiro dos Pobres*. Ed. Ática.

HSRICH, Robert D. *et al. Entrepreneurship*. 1986, p. 96.

REFERÊNCIAS

<http://www.ebah.com.br/content/abaaaaw9iag/empreendedorismo>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/empreendedorismo>

<http://www.primecursos.com.br/arquivos/uploads/2012/06/57164985-apostila-empreendedorismo.pdf>

<http://www.direitobrasil.adv.br/artigos/e>